

# AS ORAÇÕES RELATIVAS NO *PRO ARCHIA* DE CÍCERO

Por

Michele Eduarda Brasil de Sá

Mestrado em Letras Clássicas

Dissertação de Mestrado em Língua e  
Literatura Latina apresentada à Coordenação dos  
Programas de Pós-graduação em Letras da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Edison Lourenço  
Molinari

Rio de Janeiro, 2º. Semestre de 2002.

UFRJ

SÁ, Michele Eduarda Brasil de. As orações relativas no *Pro Archia* de Cícero. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da UFRJ.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Edison Lourenço Molinari (Orientador) UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mára Rodrigues Vieira UFRJ

---

Prof. Dr. Airto Ceolin Montagner UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Alice da Silva Cunha (Suplente) UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Montenegro Vieira (Suplente) UNICIDADE

Examinada a Dissertação:

Conceito:

Em 19/12/2002.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que criou a Palavra e tudo o mais através dela.

“Todas as coisas foram feitas por Ele, e sem Ele nada do que foi feito se fez” (João 1.3).

Ao caríssimo Orientador, Prof. Dr. Edison Lourenço Molinari,  
e a todos os meus professores de Latim.

Parafraçando Cícero: “Vejo que eles têm sido sempre meus guias não somente para empreender, mas também para continuar estes estudos” (Cícero, *Pro Archia*, 1, 1).

Ao meu amado esposo Ednaldo, presença constante.

“Amor não é amor se se altera quando encontra alterações (...).

Oh, não! Mas é um alvo sempre fixo,

Que encara tempestades e nunca se abala.” (William Shakespeare)

Aos meus pais e a meu irmão, minha família.

“Filho meu, ouve o ensino de teu pai e não deixes a instrução de tua mãe, porque serão diadema de graça para a tua cabeça e colares para o teu pescoço”

(Provérbios de Salomão 1.8, 9).

Aos meus amigos – tanto os de longa data, quanto os recém-descobertos.

“Em todo tempo ama o amigo, e na angústia se faz o irmão” (Prov. de Salomão 17.17).

*An tu existimas aut suppetere nobis posse, quod cotidie dicamus in tanta uarietate rerum, nisi animos nostros doctrina excolamus, aut ferre animos tantam posse contentionem, nisi eos doctrina eadem relaxemus?*

*(Pro Archia, 6, 12)*

“Acaso tu julgas que o que dizemos todos os dias pode bastar-nos, em tal variedade de coisas, se não cultivarmos nossos espíritos com o estudo; ou que nossos espíritos podem suportar tal contenção, se não os aliviarmos com estes mesmos estudos?”

*Quod si ipsi haec nec attingere neque sensu nostro gustare possemus, tamen ea mirari deberemus, etiam cum in aliis uideremus.*

*(Pro Archia, 8, 17)*

“E se nós mesmos não pudéssemos compreender estas coisas, nem apreciá-las com nosso sentido, contudo deveríamos admirá-las mesmo quando as víssemos em outros.”

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. O DISCURSO <i>PRO ARCHIA</i> , DE MARCO TÚLIO CÍCERO.....	9
3. AS ORAÇÕES RELATIVAS NO <i>PRO ARCHIA</i> .....	13
3.1. A oração subordinada – a oração subordinada relativa.....	13
3.1.1. Como pode ser ela introduzida.....	14
3.1.2. Elipse do antecedente.....	16
3.1.3. Pronome relativo em abertura de período.....	17
3.1.4. Constituição das orações relativas.....	18
3.1.5. Modos do verbo na oração relativa.....	21
3.1.6. A posição da oração relativa.....	33
3.1.7. Dificuldades na tradução de orações relativas.....	37
3.1.8. Pronomes relativos no lugar de demonstrativos.....	39
3.1.9. Concordância dos pronomes relativos.....	40
3.2. Função das orações relativas no discurso.....	42
3.2.1. Orações relativas propriamente adjetivas.....	43
3.2.2. Orações relativas de valor adverbial.....	45
3.2.3. Orações relativas de valor substantivo.....	57
3.2.4. Anáforas.....	58
3.3. Advérbios e conjunções formados a partir de pronomes relativos.....	60
4. CONCLUSÃO.....	65
5. BIBLIOGRAFIA.....	67
6. NOTAS.....	70

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a estrutura sintática do latim no que diz respeito às orações relativas, sua natureza e suas funções no discurso, abordando aspectos pertinentes, tais como o uso dos modos neste tipo de oração, a substituição de pronomes demonstrativos por relativos, as dificuldades que a tradução destas orações pode oferecer, alguns dos muitos advérbios e conjunções formados a partir de pronomes relativos, entre outros, tomando como *corpus* o discurso *Pro Archia*, de Marco Túlio Cícero.

Escolhemos este autor não só por ser de nossa preferência pessoal, mas também por ser o modelo de prosa latina clássica. A escolha deste discurso deve-se ao fato de ser ele abundante em exemplos de orações relativas e também por ser diferente, dado o contexto em que está inserido, dos demais discursos do maior orador de todos os tempos – o *Pro Archia* é o elogio das letras feito da melhor maneira, nascido da depuração e da arte delas mesmas. Neste estudo, utilizamos o texto crítico da Société d'Éditions Les Belles-Lettres, constante da bibliografia.

Embora tenhamos buscado ilustrar nossa pesquisa somente com exemplos encontrados no discurso selecionado, tivemos que lançar mão de alguns outros discursos, do mesmo autor, para sustentar algumas de nossas demonstrações, devido à ausência de exemplos adequados para situações específicas.

Inicialmente faremos a apresentação do discurso proposto, situando-o no contexto cultural romano que levou Cícero a pronunciá-lo, resumindo em seguida seu conteúdo, desde o exórdio até a peroração. A seguir, estudaremos as orações relativas, aliando a teoria à prática: enquanto buscamos a fundamentação teórica, ilustramo-la com exemplos. Dos livros citados na bibliografia, serviram de fundamentação teórica principalmente a *Syntaxis*

*latina*, de Mariano Bassols de Climent, a *Syntaxe latine*, de Alfred Ernout e François Thomas, e o *Traité de stylistique appliquée au latin*, de Jules Marouzeau.

Por fim, demonstraremos o papel importante das orações relativas no discurso, dadas as funções que podem desempenhar, sendo elas de valor adjetivo, substantivo e adverbial – este último ainda subdividido em valor final, causal, concessivo/adversativo, condicional, consecutivo e restritivo.

## 2. O DISCURSO *PRO ARCHIA*, DE MARCO TÚLIO CÍCERO

Proferido em 62 a.C., o discurso em favor do poeta Árquias é um dos mais conhecidos de Cícero, embora seja diferente de outros discursos seus em muitos aspectos. O que mais chama a nossa atenção é o fato de ser um discurso sem projeção política maior, se comparado às *In Catilinam Orationes Quattuor* (as famosas “Catilinárias”) ou às *Philippicae* (as “Filípicas”, proferidas contra o general Marco Antônio num momento crucial da história de Roma).

Por causa da lei Pápia, que condenava ao exílio todo estrangeiro que estivesse usufruindo indevidamente de direitos inerentes a cidadãos de Roma, o poeta Aulo Licínio Árquias, grego de nascimento, foi processado por um homem chamado Grátio (*Grattius*), que o acusava de não possuir cidadania romana. Ora, Árquias tinha lá os seus protetores, e o próprio Cícero havia com ele aprendido alguma coisa (pelo menos é isso que o maior orador de todos os tempos nos diz logo no exórdio). Sendo uma situação tão particular e havendo outros que pudessem tomar as rédeas deste empreendimento, por que justamente Cícero assumiria uma tarefa tão desdenhável, tão pequena diante dos perigos da República?

Félix Gaffiot, em sua Introdução à edição bilíngüe do *Pro Archia* da Société d'Éditions Les Belles Lettres, por nós adotada, diz o seguinte:

*Le Pro Archia est bien un Pro Cicerone, mais il est par-dessus tout une profession de foi politique.*<sup>1</sup>

“O *Pro Archia* é na verdade um *Pro Cicerone*, mas é sobretudo uma profissão de fé política.”



Sem dúvida, por mais que Cícero admirasse ou estimasse Licínio Árquias – ou quem quer que fosse – jamais correria em sua defesa gratuitamente. Os “favores políticos” com os quais geralmente se retribuía tal apoio não eram imprescindíveis para Cícero – pelo menos não naquele momento de sua carreira – e nem seria possível obtê-los do próprio Árquias, mas talvez de um de seus patrocinadores. Cícero defendeu Árquias por causa de si mesmo.

Diz-se que um provável motivo para que Cícero se empenhasse tanto em tal empresa seria o fato de desejar que o poeta Árquias compusesse para ele um grandioso poema, esperando ser cantado pela posteridade. Contudo, Cícero não precisou disto para ser conhecido nem reconhecido. Sua fama – bem como seu orgulho e seu amor ao poder, que ele disfarçava sob o nome de “amor à República” – ultrapassou barreiras de espaço e tempo.

Um ano antes do *Pro Archia*, Cícero era cônsul e derrotava a Conjuração de Catilina. Supomos que gozava da simpatia de grande parte dos que compunham o júri. Quanto aos demais que estavam presentes, cremos que fossem, em sua maioria, amigos de Árquias – que também acolheriam o que Cícero dissesse a favor do poeta. Num auditório assim, discursar é fácil. O orador não precisaria se esmerar tanto pela *captatio benevolentiae*. Sendo assim, cremos que não foi pelo simples “desafio” que Cícero se dispôs a cumprir este encargo.

Uma causa praticamente ganha seria exatamente aquilo de que Cícero precisava: muito mais do que garantir ao poeta Árquias o exercício do seu direito, vemos Cícero fortalecer sua própria imagem diante daquele grupo. Com efeito, na política, construir uma boa imagem é fundamental. Proteger o interesse coletivo e também socorrer um único injustiçado, eis o que todo grande líder deveria fazer. Cícero queria ser cônsul de novo, e faria qualquer coisa para não desaparecer do cenário político, para não ser esquecido pela maioria – e, mais ainda, para ser sempre lembrado como um estadista vitorioso.

O *Pro Archia* (na verdade, um *Pro Cicerone*, como diz Gaffiot) é um discurso dos mais bem elaborados. Em nosso trabalho, deter-nos-emos no estudo das orações relativas constantes do texto, sem as quais muito da elegância e da eloquência se dissolveria, como demonstraremos em seu decurso.

Antes, porém, de introduzirmos o assunto, gostaríamos de apresentar brevemente o plano do discurso *Pro Archia*<sup>2</sup>, como segue:

**Exórdio (§§ 1-3):** Cícero começa explicando por que resolveu assumir a defesa de Licínio Árquias – de fato, isto deveria parecer estranho também aos seus contemporâneos. Todavia, nunca saberemos se Cícero realmente deveu tanto de seu aprendizado a Licínio Árquias como ele quer fazer crer. Desculpando-se por pronunciar um discurso fora da rotina de um tribunal, Cícero expressa sua certeza de agradar os ouvintes, que são cultos e amantes da arte (*captatio benevolentiae*).

**Proposição e divisão (§ 4):** Cícero afirma que Árquias é cidadão romano e pretende demonstrar que, se não o fosse, deveria ser-lhe atribuído o direito de cidadania.

**Narração (§§ 4-7):** Temos aqui uma breve biografia de Árquias, antes e depois de sua chegada a Roma, inclusive a sua obtenção do direito de cidadania romana de acordo com a lei *Plautia Papiria*. Todos os fatos são narrados de maneira direta e aparentemente indiscutível.

**Confirmação e refutação de ordem jurídica (§§8-11):** Cícero menciona a presença de testemunhas (M. Luculo e os enviados de Heracléia); alega que Árquias tinha estado no exército com o general L. Luculo, que tinha feito testamento e também herdado de cidadãos romanos, pelo que teve seu nome registrado no tesouro.

**Confirmação de ordem extra-jurídica (§§ 12-30):** Introduzindo uma pergunta como se ela tivesse partido de seu “opositor” Grátio, Cícero desenvolve a parte mais importante de seu discurso em diferentes etapas:

a. Os estudos de maneira geral – Mesmo não sendo capazes de nos entregarmos a tais estudos, devemos admirá-los em outros (referindo-se diretamente a Árquias e, indiretamente, ao próprio Cícero).

b. O talento de Árquias – Grande poeta e improvisador, deveria ser, como todos os poetas, considerado sagrado. Muitas cidades disputavam entre si a fama de terem sido a pátria de Homero, por exemplo. Se assim estas cidades o faziam após sua morte, não seria razoável que os romanos rejeitassem Árquias, muito menos sendo ele ainda vivo.

c. Árquias emprega seu talento ao louvor das glórias de Roma – Quando Árquias celebra Luculo por seu desempenho na guerra contra Mitridates, por exemplo, ao mesmo tempo celebra Roma e suas vitórias. Ora, Ênio tinha recebido o título de cidadão romano por ter glorificado Roma através dos nomes de Catão, de Marcelo, de Fúlvio, entre outros.

d. O poeta, ao cantar a glória de Roma, serve de estímulo para os que por ela lutam.

e. O amor pela glória e pela fama reside nos corações de todos os homens – O desejo da fama é, na verdade, o desejo da imortalidade.

**Peroração (§§ 31-32):** Breve apelo aos juízes, demonstrando a certeza da causa ganha.

### 3. AS ORAÇÕES RELATIVAS NO *PRO ARCHIA*

#### 3.1. A oração subordinada – a oração subordinada relativa

Diferentemente das orações coordenadas (orações independentes, às vezes justapostas, outras vezes unidas por uma conjunção), as orações subordinadas são assim denominadas por dependerem de outra oração, chamada principal. Estas, na verdade, são posteriores àquelas, dada a sua complexidade. Antes, ocorria a parataxe (predomínio da coordenação), mas a dinâmica natural da língua fez surgir a hipotaxe (predominância da subordinação).

Entende-se por hipotaxe “a construção sintática em que uma oração determinante, e pois subordinada, se articula com outra, determinada por ela e principal em relação a ela”, em oposição à parataxe, “construção em que os termos se ordenam numa seqüência e não ficam conjugados num sintagma”. Temos, então, que a coordenação refere-se à parataxe e a subordinação, por sua vez, à hipotaxe.<sup>3</sup>

Tradicionalmente, podemos dividir as orações subordinadas em:

- a. **Orações completivas**, que são, na verdade, complemento indispensável ao sentido da oração principal – sua função é, essencialmente, a de objeto ou de sujeito do verbo da oração principal;
- b. **Orações relativas**, objeto de nosso presente estudo;
- c. **Orações circunstanciais ou adverbiais**, assim denominadas por desempenharem a função de um adjunto adverbial (denotando as circunstâncias de fim, de causa, de consequência, de concessão, de tempo, de comparação e de condição).

A oração subordinada relativa “prende-se, em princípio, a um substantivo (ou um equivalente) chamado antecedente.”<sup>4</sup>

Muito há para se discutir, porém, em torno desta vaga definição. Logo de início, devemos esclarecer que o termo “antecedente”, embora consagrado, não é o mais apropriado, uma vez que há casos em que o dito “antecedente” virá após o pronome relativo, e não antes, como se deveria supor. Além disso, por causa dos termos “antecedente” e “pronome relativo”, a primeira impressão que temos é a de que as orações subordinadas relativas do latim correspondem às orações subordinadas adjetivas do português, mas uma análise mais profunda do assunto revelará que tal correspondência não é absoluta. A oração subordinada relativa pode ter muitas vezes valor circunstancial ou adverbial, como demonstraremos no curso do presente trabalho.

### 3.1.1. Como pode ser ela introduzida

A oração subordinada relativa pode ser introduzida:

- a. por um pronome relativo (*qui, quae, quod*);

...*huius* ... *praeceptisque conformata* ... , a *QUO* id accepimus, *QUO* ceteris opitulari et alios seruare possumus... (1, 1)

(“... modelada pelos ensinamentos dele... de quem recebemos isto, com o que podemos preservar outros e auxiliar os restantes...”)

An uero tam parui animi uideamur esse *omnes*, *QUI* in republica atque in his uitae periculis laboribusque uersamur... (12, 30)

(“Porventura todos (nós), que nos ocupamos na república e em seus perigos e nos trabalhos da vida, parecemos ser de ânimo tão pequeno...”)

b. por um advérbio relativo de lugar (*unde, ubi, quo, qua*);

...*Catilina, perge QUO coepisti...* (Cícero, Catilinárias, I, 5, 10)

(“...ó Catilina, prossegue por onde começaste...”)

c. por um pronome relativo indefinido (*quicumque, quantuscumque, quisquis, ubicumque* etc);

... *oratio et facultas, QUAE, QUANTACUMQUE est in me, numquam amicorum periculis defuit.* (6, 13)

(“... o discurso e a habilidade oratória, a qual, tal como existe em mim, nunca faltou nas dificuldades dos amigos.”)

d. por um adjetivo relativo ou advérbio de quantidade ou de comparação, chamado correlativo (*qualis, quantus, quot, quam, quantum, uter* – este último, com sentido de “qual dos dois que”).

*Si quid est in me ingenii, iudices, quod sentio QUAM sit exiguum...* (1,1)

(Se há algum talento em mim, juízes, pois sei quão exíguo ele é...)

*QUAM multas imagines ... expressas scriptores... reliquerunt!* (6, 14)

(“Quão numerosas imagens os escritores deixaram expressas!”)

Geralmente estes adjetivos relativos têm correlativos de tema *\*to-* (sendo eles de tema *\*kwo-*), tais como *tot...quot, tam...quam, talis... qualis, tantus...quantus*, entre outros.

A respeito dos advérbios relativos de lugar *quo* e *qua*, citados no item b, devemos dizer que eles são, na verdade, oriundos de pronomes relativos. São o próprio pronome relativo em ablativo, tomados adverbialmente: *quo*, “para onde”, “aonde”, poderia ser

compreendido como um ablativo-locativo, ao passo que *qua*, “por onde”, poderia ser considerado um ablativo de meio, significando “o lugar por onde”.<sup>5</sup>

### 3.1.2. Elipse do antecedente

O demonstrativo “antecedente” pode ser omitido:

- a. principalmente quando deveria estar no mesmo caso que o relativo;
- b. mas também quando o caso for diferente;
- c. e também mesmo quando uma preposição anterior ao demonstrativo é subentendida. (“demonstrativo contido em outro demonstrativo: um emprego irregular com o substantivo *numerus*”<sup>6</sup>: *ex eo numero qui fecerunt= ex numero eorum qui ...*)

A elipse do antecedente é um caso raro, quando o antecedente é um substantivo; e muito comum quando o antecedente é um pronome anafórico, ainda mais quando antecedente e pronome relativo se encontram no mesmo caso. Por outro lado, às vezes o antecedente vem a ser repetido na oração relativa (o que, se entendermos que tem por finalidade evitar ambigüidade, logo compreenderemos, dada a sua freqüência especialmente em textos de caráter jurídico).

São exemplos de elipse do antecedente no mesmo caso:

*... eum non solum colebant (illi) QUI aliquid percipere atque audire studebant, uerum etiam si QUI forte simulabant. (3, 6)*

(“... não só respeitavam-no os que buscavam colher e ouvir algo, mas também os que porventura fingiam fazê-lo.”)

... *sed tamen est certum (illud) QUOD respondeam.*(7, 15)

(“... mas também é certo (aquilo) que responderei.”)

(*Ille*) *QUI sedulitatem mali poetae duxerit aliquo tamen praemio dignam,*... (10,25)

(“(Aquele) que, porém, julgou o empenho de um mau poeta digno de algum prêmio...”)

Um exemplo de elipse do antecedente em casos diferentes:

*Data est ciuitas Siluani lege et Carbonis, si (illis) QUI foederatis ciuitatibus adscripti fuissent...* (4, 7)

(“Foi dada cidadania pela lei de Silvano e Carbão àqueles que tivessem sido registrados nas cidades federadas...”)

O pronome antecedente do relativo geralmente é suprimido, mesmo quando deveria estar flexionado em caso diferente.

### 3.1.3. Pronome relativo em abertura de período

É comum em latim – e, devemos dizer, nos discursos de Cícero, também – vir o pronome relativo em início de período, podendo haver a elipse do antecedente, ou estando ele no período anterior, ou no posterior, ou ainda dentro da oração relativa (*vide* item 3.1.1.4., que trata da posição da oração relativa).

Os pronomes relativos, bem como as conjunções, que Marouzeau<sup>7</sup> denomina *subordonnants*, a princípio ocupavam um plano secundário na frase. A partir da época clássica, passam a um lugar de maior relevo, especialmente na prosa, ocupando a posição inicial. Exemplos:



*QUOD si mihi a uobis tribui concedique sentiam, perficiam... profecto ut hunc A. Licinium non modo non segregandum, cum sit ciuis, a numero ciuium, uerum etiam, si non esset, putetis asciscendum fuisse. (3, 4)*

(“E, se eu sentir que me é por vós permitido e concedido, certamente farei, para que julgueis que este A. Licínio não só não deve ser excluído do número de cidadãos, porque ele é um cidadão, mas também que deveria ser incluído se não o fosse.”)

*...(Ille) QUI ... uidebatur omnino mori non debuisse. (8, 17)*

(“... (Aquele) que parecia que não devia ter morrido completamente.”)

*Sulla... hunc petentem repudiasset! QUEM nos in contione uidemus... (10, 25)*

(“Sila... teria repudiado este que pede (a cidadania)! O qual nós vemos na assembléia...”)

*Quam multas imagines ... expressas scriptores... reliquerunt! QUAS ego mihi semper in administranda republica proponens animum et mentem meam ipsa cogitatione hominum excellentium conformabam. (6, 14)*

(“Quão numerosas imagens os escritores deixaram expressas! Colocando-as sempre diante de mim na administração da república, eu modelava o caráter e a inteligência com o próprio pensamento de homens inteligentes.”)

Percebe-se que tal fato se dá com a finalidade de causar impacto, remeter os ouvintes (ou leitores) a uma idéia antes enunciada, ou ainda esclarecer algo que não tenha sido dito de maneira própria, no sentir do orador/locutor/escritor.

### 3.1.4. Constituição das orações relativas

Temos, em latim, orações relativas propriamente adjetivas – que, por sua atuação análoga a um adjetivo ou particípio, são as que atribuem a um substantivo uma determinada qualidade. Vejamos algumas orações:

*... si res eae QUAS gessimus orbis terrae regionibus definiuntur...* (10, 23)

(*... si res eae gestae orbis terrae regionibus definiuntur...*)

(“... se estas coisas que realizamos são delimitadas pelas regiões do globo terrestre...” = “...se estas coisas realizadas são delimitadas...”)

*Etenim omnes artes, QUAE ad humanitatem pertinent...* (1, 2)

(*Etenim omnes artes pertinentes ad humanitatem...*)

(“Na verdade todas as artes, que pertencem à natureza humana...” = “...pertencentes à natureza humana...”)

*A Q. Metello Pio, familiarissimo suo, QUI ciuitate multos donauit, neque per se neque per Lucullos impetrauisset?* (10, 26)

(*A Q. Metello Pio, familiarissimo suo, donato ciuitate multos...*)

(“Não o teria obtido por si nem pelos Luculos de Quinto Metelo Pio, seu amigo muito íntimo, que a muitos concedeu a cidadania?”)

As orações relativas são menos limitadas que os adjetivos e/ou particípios – uma peculiaridade que torna tais construções mais complexas: elas podem ser substantivadas ou ainda adverbializadas – daí elas não poderem ser consideradas integralmente em seu conceito como as orações adjetivas do português. Na verdade, a expansão da subordinada relativa justifica-se exatamente pela escassez de particípios verbais em latim.

Temos a substantivação da oração relativa, quando o antecedente for desconhecido. Geralmente seu antecedente é *is*, um pronome demonstrativo ou algum dos pronomes indefinidos *aliquis*, *nemo* etc., ou numerais, tais como *omnes*, *pauci*, *multi* etc. Tratando-se de *is*, isto ocorre porque o latim não conservou, para o pronome relativo (\**kwo-*), o correlativo de tema \**to-*, como vemos em adjetivos relativos do tipo *tot...quot*, *tam...quam*, citados anteriormente, entre outros.

Observem-se os exemplos abaixo:

*Itaque hunc et Tarentini et Regini et Neapolitani ciuitate ceterisque praemiis donarunt et omnes, QUI aliquid de ingeniis poterant iudicare... (3, 5)*

(“Assim tanto os Tarentinos como os Reginos e os Napolitanos presentearam-no com a cidadania e outros prêmios, e todos, que podiam julgar algo a respeito dos talentos...”)

Neste primeiro exemplo, a oração relativa poderia ser compreendida como sujeito do verbo da oração principal:

*QUI aliquid de ingeniis poterant iudicare donarunt hunc ciuitate ceterisque praemiis...*

(“Os que podiam julgar algo a respeito dos talentos presentearam-no com a cidadania e outros prêmios...”)

Observemos o próximo exemplo:

*Est ridiculum ad ea, QUAE uidemus, nihil dicere, quaerere (ea) QUAE habere non possumus.. (4, 8)*

(“É ridículo nada responder a estas coisas, que vemos, e buscar as que não podemos ter.”)

Vemos que as duas orações relativas que nele figuram poderiam ser compreendidas como objeto indireto (expresso por *ad* e acusativo, e não por dativo, por necessidade de clareza do trecho) e objeto direto, respectivamente:

*Est ridiculum ad QUAS uidemus nihil dicere...*

(“É ridículo nada dizer ao que vemos...”)

*(Est ridiculum) quaerere QUAS habere non possumus...*

(“É ridículo buscar o que não podemos ter...”)

Temos a adverbialização da oração relativa quando ela introduzir noções geralmente expressas por orações adverbiais – tempo, causa, finalidade etc. Para melhor compreendermos isto, precisamos estudar os modos dos verbos nas orações relativas.

### 3.1.5. Modos do verbo na oração relativa

De maneira geral, podemos dizer que, quando a oração relativa tem seu verbo no subjuntivo, ela equivale a um adjunto adverbial (oração relativa de valor adverbial). Mas devemos ter em mente também que, mesmo com valor adverbial, às vezes encontramos o verbo no modo indicativo. De acordo com Bassols<sup>8</sup>, temos o esquema seguinte para a aplicação dos modos do verbo nas orações relativas:

- a. oração relativa com valor adjetivo ou substantivo – modo indicativo
- b. oração relativa com valor adverbial – modo subjuntivo na maioria das vezes
- c. sempre com subjuntivo – valor final
- d. sempre vacilantes – valor consecutivo, concessivo, condicional
- e. anteriormente com indicativo, a partir do período clássico com subjuntivo – valor temporal e causal

Vejamos estas diferentes nuances com exemplos:

A. Valor substantivo:

*QUI sedulitatem mali poetae duxerit aliquo tamen praemio dignam, huius ingenium et uirtutem in scribendo et copiam non expetisset?* (10, 25)

(“Quem, porém, julgou o empenho de um mau poeta digno de algum prêmio, não teria cobiçado o talento deste e a virtude e a abundância em escrever?”)

Nesta frase, a oração relativa desempenharia, na verdade, o papel de sujeito da oração principal, no que reconhecemos seu valor substantivo. Além disso, uma evidência ainda mais forte que a primeira, há o fato de podermos substituir a oração relativa por um substantivo, assim:

*Sulla tamen huius ingenium et uirtutem in scribendo et copiam non expetisset?*

(10, 25)

(“Sila, porém, não teria cobiçado o talento deste e a virtude e a abundância em escrever?”)

Quando a oração relativa desempenhar o papel de sujeito de uma oração infinitiva, nós poderemos substituí-lo por um substantivo ou pronome demonstrativo. Observemos:

*An tu existimas ... suppetere nobis posse, QUOD cotidie dicamus in tanta uarietate rerum...?* (6, 12)

(“Acaso tu julgas que o que dizemos todos os dias pode bastar-nos, em tal variedade de coisas...?”)

*An tu existimas ... suppetere nobis posse hoc in tanta uarietate rerum...?* (6, 12)

(“Acaso tu julgas que isto pode bastar-nos, em tal variedade de coisas...?”)

## B. Valor adjetivo:

... ut domus, *QUAE huius adolescentiae prima fuerit, eadem esset familiarissima senectuti.* (3, 5)

(“... que a mesma casa, que tinha sido a primeira da sua juventude, era familiaríssima à sua velhice.”)

Neste tipo de frase, a oração relativa atribui à oração principal – ou a algum de seus elementos – uma característica ou qualidade, desempenhando a função de um adjetivo. Isto se torna claro quando verificamos a possibilidade de ser esta oração relativa substituída por um adjetivo, desta forma:

... ut *domus prima eadem esset familiarissima senectuti.* (3, 5)

(“... que a mesma primeira casa era familiaríssima à sua velhice.”)

Vejamos outros exemplos:

...et *ipsi illi C. Mario, QUI durior ad haec studia uidebatur, iucundus fuit.*(9, 19)

(“... e foi agradável àquele mesmo C. Mário, que parecia muito rude para estes estudos.”)

...et *ipsi illi C. Mario, durior ad haec studia, iucundus fuit.*

(“... e foi agradável àquele mesmo C. Mário, muito rude para estes estudos.”)

...nos *hunc uiuum, QUI et uoluntate et legibus noster est, repudiamus?* (9, 19)

(“... nós repudiamos este vivo, que é nosso pela vontade e pelas leis?”)

...nos *hunc nostrum uoluntate et legibus uiuum, repudiamus?* (9, 19)

(“... nós repudiamos este vivo, nosso pela vontade e pelas leis?”)

*...Marius... putabat ea, QUAE gesserat, posse celebrari. (9, 20)*

(“... Mário... imaginava poderem ser celebradas as coisas que tinha realizado.”)

*...Marius... putabat gesta posse celebrari. (9, 20)*

(“... Mário... imaginava poderem ser celebradas as coisas realizadas.”)

#### C. Valor adverbial final:

*...scribebat Aelius orationes QUAS alii dicerent. (Cícero, Brutus, 56)<sup>9</sup>*

(“...Élio escrevia discursos que outros proferiam...” ou “...para que outros os proferissem.”)

#### D. Valor adverbial consecutivo:

Dentro deste grupo de orações, podemos destacar alguns subgrupos, que seriam, de acordo com Bassols<sup>10</sup>, os tipos mais característicos de orações relativas de valor consecutivo:

- a. orações relativas que indicam a natureza de alguém ou algo – mais freqüente o subjuntivo;

*... ingenio autem tanto, quantum id conuenit existimari QUOD summorum hominum ingeniis expetitur esse uideatis, causa uero eiusmodi, QUAE beneficio legis... comprobetur. (12, 31)*

(“... e de tão grande talento, quanto convém ser julgado, o qual vedes ter sido buscado pelos talentos dos homens mais notáveis, mas de uma causa tal, que é aprovada pelo benefício da lei...”)

*...ut me... patiamini... paulo loqui liberius et in eius modi persona, QUAE ... in iudiciis periculisque tractata est... (2, 3)*

(“...para que suporteis que eu fale um pouco mais livremente e a respeito de uma tal pessoa que foi arrastada aos julgamentos e perigos...”)

- b. orações relativas após o adjetivo no grau comparativo seguido de *quam* – mais freqüente o subjuntivo – construção generalizada a partir da época imperial<sup>11</sup>, não sendo, assim, encontrada nenhuma ocorrência em discursos de Cícero;
- c. orações relativas precedidas dos adjetivos *aptus, idoneus, dignus, indignus* – só com subjuntivo – por ser tão específica, não encontramos ocorrência também deste tipo de orações nos discursos de Cícero a que tivemos acesso;
- d. orações relativas precedidas de expressões de caráter indefinido e indeterminado (*sunt qui, reperiuntur qui, reperio, habeo quod*, entre outras) – mais o indicativo no período arcaico e no pós-clássico, com maior freqüência o subjuntivo no período clássico;

*...ergo habet Antonius quod suis polliceatur.*<sup>12</sup>

(“... logo, Antônio tem algo que oferece aos seus.”)

Podemos perceber, num exemplo como este, que o valor final também é uma opção de interpretação (“... logo, Antônio tem algo **para oferecer aos seus.**”)

- e. orações relativas precedidas de expressões negativas ou interrogativas de caráter negativo (*nemo est qui, quid est quod, non habeo quod*,) – só com subjuntivo.

*Nullam enim uirtus aliam mercedem ... desiderat praeter hanc laudis et gloriae: QUA quidem detracta... quid est QUOD ... tantis nos in laboribus exerceamus? (11, 28)*



(“Efetivamente a virtude não deseja nenhuma outra recompensa a não ser esta de louvor e glória: na verdade, retirada esta, que razão há para que nos exercitemos em tantos trabalhos?”)

*Neque enim quisquam est tam auersus a Musis QUI non mandari uersibus aeternum suorum laborum facile praeconium patiatur. (9, 20)*

(“Nem de fato há alguém tão avesso às Musas que não consinta facilmente que seja confiado aos versos o eterno elogio de seus trabalhos.”)

Apesar destas duas ocorrências, veremos, no exemplo abaixo, o modo indicativo utilizado, em vez do subjuntivo:

*(Illa) QUAE cum ita sint, quid est QUOD de eius ciuitate dubitatis... (5, 10)*

(“Como estas coisas são assim, o que há para que duvideis da sua cidadania...?”)

Deixemos ao arbítrio do locutor ou escritor o modo do verbo a empregar, de acordo com a idéia que ele deseja declarar: se com certeza, se com dúvida, utilizando o modo indicativo ou o subjuntivo, respectivamente, não importando qual dos valores adverbiais esteja sendo transmitido (final, temporal, causal etc.).

*Quare suo iure noster ille Ennius sanctos appellat poetas, QUOD quasi deorum aliquo dono atque munere commendati nobis esse uideantur. (8, 18)*

(“Por esta razão (pela qual razão) com todo o seu direito o nosso famoso Ênio chama os poetas de sagrados, porque parecem ter sido a nós confiados como que através de alguma dádiva ou presente dos deuses.”)

Isto nos leva a considerar que, embora se possa constatar a presença mais freqüente de um dos modos do verbo em orações relativas de determinado valor, indubitavelmente é um risco afirmar que, por exemplo, sempre se usa o subjuntivo em orações relativas precedidas

de expressões interrogativas do tipo *quid est quod*. O que pode existir é uma tendência a empregar-se este ou aquele modo verbal.

Sobre isto Ernout & Thomas <sup>13</sup> dizem o seguinte, a respeito do *quod* completivo, que aparece em situações particulares:

- a. Com os verbos *addere, accedere* (acrescentar), *praeterire, mittere* (omitir).
- b. Com o verbo *facere* e verbos de eventualidade (*accidit, euenit, fit, contigit*), acompanhados de advérbios de modo (*male, bene, libenter, incommode...*)
- c. Para desenvolver um pronome neutro ou um substantivo:

*Quid est quod...?*

*Illa quanta est quod...*

O pronome relativo *quod* pode ser um acusativo de relação “quanto ao fato de”. Geralmente aparece com pronomes neutros (*id gaudet* – ele se alegra **quanto a isso**, em vez de *hac re gaudet*) e ocorre sobretudo complementando verbos de significado abstrato (*uerba sentiendi*, por exemplo, como *gaudeo, sentio* etc.) e verbos declarativos (*uerba dicendi* e *sciendi*), não importando se na frase há voz passiva ou situação de impessoalidade.

- d. Nas locuções *nisi quod* (à exceção de que), *praeterquam quod* (a não ser o fato de que), *tantum quod* (a menos que).

Estas orações referem-se a algo efetivamente realizado, representado quase sempre pelo verbo no modo indicativo. Além disso, se cotejarmos as orações do tipo *quid est quod* com indicativo e as mesmas orações com subjuntivo, temos duas escolhas: considerar as primeiras completivas, e as últimas, relativas, limitando-nos a estudar estas e abandonar aquelas, detendo-nos ao que nos propusemos estudar; ou ainda considerar que orações relativas do tipo *quid est quod* podem vir com seu verbo tanto no indicativo como no subjuntivo, dependendo apenas da maior ou menor certeza que se queira imprimir ao fato narrado. Por uma questão de coerência com a maneira como temos conduzido este estudo, optamos pelo segundo caminho.

Ainda a respeito de *quod*, em certas orações poderemos verificar a dupla possibilidade de tradução, ou seja, a possibilidade de o interpretarmos como conjunção ou como pronome relativo. Notem-se os exemplos abaixo:

*Si quid est in me ingenii, iudices, QUOD sentio quam sit exiguum...* (1, 1)

(“Se há em mim algum talento, juízes, **o qual** sei quão exíguo é...” ou “..**pois** sei quão exíguo é...”)

*Sit igitur, iudices, sanctum apud uos... hoc poetae nomen, QUOD nulla umquam barbaria uiolauit.* (8, 19)

(“Seja, portanto, ó juízes, sagrado perante vós este nome de poeta, **o qual** nenhuma barbaridade jamais violou...” ou “**porque** nenhuma barbaridade jamais o violou...”)

*Neque enim est hoc dissimulandum, QUOD obscurari non potest...* (11, 26)

(“Nem de fato isto deve ser dissimulado, **o que** não pode ser obscurecido...” ou “Nem de fato isto deve ser dissimulado, **porque** não pode ser obscurecido...”)

E. Valor adverbial causal:

Mostramos os seguintes exemplos:

*(Illa) QUAE cum ita sint,...* (12, 31)

(“Como estas coisas sejam assim,...”)

*“o fortunate, inquit, adulescens, QUI tuae uirtutis Homerum praeconem inueneris!”*

(10, 24)

(“ Ó bem-aventurado jovem’, diz ele, ‘que encontraste em Homero um arauto da tua virtude!’ ”)

No primeiro deles, o valor causal está mais do que patente através da conjunção *cum*. No segundo, pode-se perceber este valor em que a causa apresentada para o fato de ser o antecedente (*adulescens*) designado como *fortunatus* está na oração relativa.

F. Valor adverbial concessivo/adversativo:

*Sed, quoniam census non ius ciuitatis confirmat ac tantum modo indicat eum, QUI sit census, ita se iam tum gessisse pro ciue,...(cum sit census)... (5, 11)*

(“Mas, como o recenseamento não confirma o direito de cidadania, e indica simplesmente que ele, que foi recenseado, já agia então tal como um cidadão...” (embora tenha sido recenseado)

*Ex hoc esse hunc numero, QUEM patres nostri uiderunt, diuinum hominem Africanum, ex hoc C. Laelium, L. Furium,... Catonem illum senem: QUI ... si nihil ... litteris adiuuarentur..., numquam se ad earum studium contulissent. (sed si nihil adiuuarentur...) (7, 16)*

(“Deste número creio que era este Africano, o qual nossos pais viram, homem divino, deste (número) são C. Lélcio, L. Fúrio, Catão, aquele ancião: os quais, se em nada fossem ajudados pelas letras... nunca se teriam dedicado ao estudo delas.”) (mas, se em nada fossem ajudados...)

Pode-se observar que as orações relativas de valor adversativo/concessivo podem ser também interpretadas como de valor causal. O que vai determinar se uma ou outra interpretação é a correta é simplesmente o contexto<sup>14</sup>. Temos, assim, que as orações dadas como exemplo de valor adversativo/concessivo podem ser ainda entendidas da seguinte maneira:

*Sed, quoniam census non ius ciuitatis confirmat ac tantum modo indicat eum, QUI sit census, ita se iam tum gessisse pro ciue,...(cum sit census)... (5, 11)*

(“Mas, como o recenseamento não confirma o direito de cidadania, e indica simplesmente que ele, que foi recenseado, já agia então tal como um cidadão...”) (porque tenha sido recenseado)

*Ex hoc esse hunc numero, QUEM patres nostri uiderunt, diuinum hominem Africanum, ex hoc C. Laelium, L. Furium,... Catonem illum senem: QUI ... si nihil ... litteris adiuuarentur..., numquam se ad earum studium contulissent. (quia si nihil adiuuarentur...) (7, 16)*

(“Deste número creio que era este Africano, o qual nossos pais viram, homem divino, deste (número) são C. Lélcio, L. Fúrio, Catão, aquele ancião: os quais, se em nada fossem ajudados pelas letras... nunca se teriam dedicado ao estudo delas.”) (porque, se em nada fossem ajudados...)

Cumpreressaltar que, no primeiro destes exemplos, em que *qui sit census* é entendido como *cum sit census*, a conjunção *cum* – oriunda de *quum*, acusativo singular do pronome relativo masculino – possui também duplo valor, causal e concessivo, a ser determinado de acordo com o contexto, assim como as orações deste tipo introduzidas por pronome relativo<sup>15</sup>.

#### G. Valor adverbial condicional:

*An domicilium Romae non habuit is, QUI tot annis ante ciuitatem datam sedem omnium rerum ac fortunarum suarum Romae collocauit? (...si tot annis...) (4, 9)*

(“Por acaso ele, que, por tantos anos, antes de lhe ser concedido o direito de cidadania, colocou em Roma a sede de todos os seus afazeres e fortuna, não teria domicílio em Roma?”) (se ele por tantos anos colocou em Roma...)

Este exemplo poderia ser também interpretado como o de uma oração de valor adverbial concessivo:

*An domicilium Romae non habuit is, cum tot annis ante ciuitatem datam sedem omnium rerum ac fortunarum suarum Romae collocauit?*

(“Por acaso ele não teria domicílio em Roma, embora, por tantos anos, antes de lhe ser concedido o direito de cidadania, tenha colocado em Roma a sede de todos os seus afazeres e fortuna,?”)

#### H. Valor adverbial restritivo (orações parentéticas):

*... Romam uenit Mario consule et Catulo. Nactus est primum consules eos, QUORUM alter res ad scribendum maximas, alter cum res gestas tum etiam studium atque aures adhibere posset. (3, 5)*

(“... veio a Roma no consulado de Mário e Catulo. Encontrou primeiro estes cônsules, um dos quais podia oferecer ações muito grandiosas para serem escritas, e o outro tanto os feitos notáveis quanto o bom-gosto e seus ouvidos apurados.”)

*Sed pleni omnes sunt libri, plena sapientium uoces, plena exemplorum uetustas: QUAE iacerent in tenebris omnia... (6, 14)*

(“Mas todos os livros estão cheios, cheias as palavras dos sábios, cheia de exemplos a idade avançada: as quais jazeriam todas nas trevas...”)

*...dixisse ... “eius, a QUO sua uirtus optime praedicaretur”. (9, 20)*

(“... ele disse... ‘a voz daquele por quem a sua virtude fosse apregoada melhor’.”)

*...quotiens ego hunc uidi,... magnum numerum optimorum uersuum de iis ipsis rebus, QUAE tum agerentur, dicere ex tempore! (8, 18)*

(“... quantas vezes eu o vi declamar de improviso grande número de versos excelentes a respeito daquelas mesmas coisas, que então se passavam!”)

*A Q. Metello Pio, familiarissimo suo, qui ciuitate multos donauit, neque per se neque per Lucullos impetrauisset? QUI praesertim ... de suis rebus scribi cuperet... (10, 26)*

(“Não o teria obtido por si nem pelos Luculos de Quinto Metelo Pio, seu amigo muito íntimo, que a muitos concedeu a cidadania? O qual desejava sobretudo que se escrevesse a respeito de seus feitos...”)

Em se tratando de orações relativas de valor restritivo (ou parentéticas), vemos que elas admitem o acusativo com infinitivo, o que se justifica pelo fato de que, embora sejam formalmente subordinadas, comportam uma informação que pode ser considerada independente:

*...aut si (est in me) qua exercitatio dicendi, in QUA me non infitior mediocriter esse uersatum..., ac disciplina profecta, a QUA ego nullum confiteor aetatis meae tempus abhorruisse, earum rerum omnium uel in primis A.Licinius fructum a me repetere prope suo iure debet.* (1, 1)

(“...ou se (em mim há) alguma prática da oratória, na qual reconheço não ser pouco versado, bem como da ciência dela oriunda, da qual confesso que em nenhum momento da minha vida me aparteí, em primeiro lugar Árquias Licínio deve exigir de mim com direito quase seu o resultado de todas estas coisas.”)

*Adest ... M. Lucullus, QUI se non opinari, sed scire, non audisse, sed uidisse, non interfuisse, sed egisse, dicit.* (4, 8)

(“Está presente... M. Lúculo, o qual diz que não opina, mas sabe, que não ouviu, mas que viu, que não assistiu, mas que agiu.”)

*Adsunt Heracienses legati, nobilissimi homines, ...QUI hunc adscriptum Heraciensem dicunt. (4, 8)*

(“Estão presentes os enviados de Heracléia, homens muito nobres, que dizem ser ele registrado como heracleense.”)

*Hic tu tabulas desideras Heraciensium publicas, QUAS Italico bello incenso tabulario interisse scimus omnes. (4, 8)*

(“Tu queres aqui as tábuas públicas dos Heracleenses, as quais todos sabemos que se perderam na guerra da Itália com o incêndio dos arquivos.”)

*...(Est ridiculum) ...tabulas, QUAS idem dicis solere corrumpi, desiderare. (4, 8)*

(“... (É ridículo) reclamar as tábuas, as quais tu mesmo dizes que costumam estar corrompidas.”)

Além dos modos indicativo e subjuntivo, há registro do verbo da oração relativa no modo imperativo, embora seu uso seja muito pouco freqüente:

*...multas ad res perutiles Xenophontis libri sunt, quos legite...*

(Cícero, Cato Maior, 59)<sup>16</sup>

(“...para muitas coisas os livros de Xenofonte são úteis: lede-os...”)

#### 3.1.1.1. A posição da oração relativa

Quanto à posição da oração relativa, temos que ela deve ficar o mais próximo possível do antecedente, para evitar ambigüidade, mas isto não é uma regra geral.



Quanto à ordem “antecedente”/relativo, podemos observar as seguintes formas:

- a. o pronome relativo segue o seu antecedente;

... *idem tumulus, QUI corpus eius contexerat, nomen etiam obruisset.* (10, 24)

(“... o mesmo túmulo, que contivera o seu corpo, também teria sepultado seu nome.”)

*Nunc insidet quaedam... uirtus, QUAE noctes ac dies animum gloriae stimulis concitat...* (11, 29)

(“Agora um certo valor está estabelecido... o qual excita o espírito noite e dia com estímulos de glória...”)

- b. o “antecedente” pode – contrariamente à terminologia – vir após o pronome relativo;

*Etenim, cum mediocribus multis et aut nulla aut humili aliqua arte praeditis grauatim ciuitatem in Graecia homines impertiebant, Reginos credo aut Locrenses aut Neapolitanos aut Tarentinos, QUOD scaenicis artificibus largiri solebant, id huic summa ingenii praedito gloria noluisse.* (5, 10)

(“De fato, quando na Grécia os homens concediam a cidadania, contra a vontade, a muitos medíocres e aos dotados de nenhuma profissão, ou de alguma profissão humilde, creio que os habitantes de Régio ou os da Lócrida, os de Nápoles ou os de Tarento não quiseram dar a este, dotado de suprema glória de inteligência, o que costumam conceder aos artistas cênicos.”)

...*nostra sunt tropaea, nostra monumenta, nostri triumphi. QUAE QUORUM ingeniis efferuntur, ab iis populi Romani fama celebratur.* (9, 21)

(“... são nossos troféus, nossos monumentos, nossos triunfos. E a fama do povo romano é celebrada por aqueles por cujos talentos estas coisas são contadas.”)

- c. nem seguindo, nem precedendo: o “antecedente” está dentro da própria oração relativa (que pode preceder ou suceder a oração principal).

... *QUI libri non modo L. Lucullum, fortissimum et clarissimum uirum, uerum etiam populi Romani nomen illustrant.* (9, 21)

(“... os livros que enaltecem não apenas L. Luculo, homem muito valente e brilhante, mas também o nome do povo Romano.”)

...*si, QUIBUS regionibus uitae spatium circumscriptum est, eidem omnes cogitationes terminaret suas...* (11, 29)

(“... e se limitasse todos os seus pensamentos às mesmas regiões nas quais o espaço da vida está circunscrito...”)

Esta construção poderá admitir situações variantes nos seguintes casos:

- c.1. Presença de um adjetivo em grau superlativo que sirva de predicativo para o antecedente.
- c.2. Quando a oração relativa pode ter o mesmo valor de um aposto (ou melhor, de uma oração apositiva); o verbo desta oração será sempre um verbo de ligação, expresso ou subentendido.
- c.3. Quando a oração relativa serve para justificar uma afirmação feita na oração principal (“*quibus auditis*”). Geralmente o antecedente aparece em ablativo.

*Nam, QUAS res nos in consulatu nostro... gessimus, attigit hic uersibus... QUIBUS auditis... hunc ad perficiendum adornaui.* (11, 28)

(“De fato, este (Árquias) cantou as coisas que realizamos em nosso consulado em versos... tendo-os ouvido, eu o preparei para completá-los...”)

*Nullam enim uirtus aliam mercedem ... desiderat praeter hanc laudis et gloriae: QUA quidem detracta... quid est QUOD ... tantis nos in laboribus exerceamus? (11, 28)*

(“Efetivamente a virtude não deseja nenhuma outra recompensa a não ser esta de louvor e glória: na verdade, retirada esta, que razão há para que nos exercitemos em tantos trabalhos?”)

Nestes dois exemplos, temos o chamado **relatif de liaison**, utilizado para ligar uma oração independente a outra de mesma natureza<sup>17</sup>. Frequentemente estará no ablativo, e poderá ser combinado com uma oração interrogativa, como vemos no segundo exemplo.

Pudemos observar, além das ocorrências acima, destacadas por Bassols<sup>18</sup>, que, sendo o antecedente um pronome demonstrativo acompanhado de um aposto, a oração relativa poderá vir entre um e outro. Achamos dois exemplos no *Pro Archia*:

*Ergo illum, QUI haec fecerat, Rudinum hominem, maiores nostri in ciuitatem receperunt. (10, 22)*

(“Então nossos antepassados receberam na cidade aquele homem de Rúdias, que fizera estas coisas.”)

*Iam uero ille, QUI cum Aetolis Ennio comite bellauit, Fuluius non dubitauit...*

(11, 27)

(“ Mas já aquele Fúlvio, que combateu os Etólios sendo Ênio seu companheiro, não hesitou...”)

O antecedente pode comportar-se como aposto do pronome relativo, quando este antecede àquele.

*...QUAE summa sunt, ex quo fonte hauriam, sentio. (6, 13)*

(“Sei de que fonte irei extrair aquelas coisas, que são grandiosas.”)

... *QUI libri non modo L. Lucillum, fortissimum et clarissimum uirum, uerum etiam populi Romani nomen illustrant.* (9, 21)

(“... os livros que enaltecem não apenas L. Luculo, homem muito valente e brilhante, mas também o nome do povo Romano.”)

...*in QUA urbe imperatores prope armati poetarum nomen et Musarum delubra coluerunt...* (11, 27)

(“...na cidade em que os generais ainda armados cultivaram o nome dos poetas e os santuários das Musas...”)

Se o relativo tem como antecedente um pronome demonstrativo, este freqüentemente vem após o relativo, abrindo a oração principal.

*QUAE uero accurate cogitateque scripsisset, ea uidi...* (8, 18)

(“Porém vi aquelas coisas (aqueles versos) que tinha escrito com cuidado e reflexão...”)

*(Illa) QUAE de causa ... dixi, iudices, ea confido probata esse omnibus...* (12, 32)

(“(Aqueles coisas) que eu disse a respeito da causa, juízes, acredito terem sido provadas a todos...”)

Quando o antecedente é um substantivo, ele se encontra dentro da oração relativa no caso do pronome relativo, e geralmente se faz remissão a ele através de um demonstrativo, em geral *is, ea, id* na oração principal.

...*(Ille) uenit Heracleam. QUAE cum esset ciuitas aequissimo iure ac foedere, adscribi se in eam ciuitatem uoluit...* (4, 6)

(“...(Ele) veio a Heracléia. A qual, como era uma cidade de igualdade de direito e de aliança, nela quis inscrever-se...”)

### 3.1.1.2. Dificuldades na tradução de orações relativas

Tendo o latim como língua-mãe, o português possui estrutura sintática semelhante à estrutura latina, sendo que mais simplificada, ou melhor, desprovida de certas nuances que a língua-mãe assinala com nitidez. Um exemplo disto é a própria oração relativa do latim, que não pode ser correlacionada com a oração adjetiva do português por causa dos valores substantivo e adverbial que as relativas podem encerrar. Isto traz, é claro, problemas para o tradutor, quando não é possível transmitir claramente, com todas as suas nuances, um enunciado do latim para o português — o que, aliás, acontece na tradução de todas as línguas, sejam elas oriundas uma da outra, ou duas línguas de mesma origem, ou ainda mais duas línguas de ramos diferentes.

Destacamos, então, algumas dificuldades que se nos apresentaram no decorrer do presente estudo, na tradução das orações relativas presentes no *Pro Archia*:

a. Quando temos uma outra oração subordinada, além da relativa, ambas dependendo de uma mesma oração principal, às vezes a tradução do período se torna uma tarefa difícil. Bassols<sup>19</sup> dá algumas sugestões para este problema de tradução neste caso, e uma delas é substituir o relativo por uma conjunção e um pronome demonstrativo (ou pessoal):

*QUOD si mihi a uobis tribui concedique sentiam, perficiam...* (3, 4)

(“E se eu sentir que **isto** me é por vós permitido e concedido, certamente o farei...)

b. Há a ocorrência às vezes de dois pronomes relativos, quando uma oração vem intercalada entre duas outras, das quais ela depende. O relativo entrelaçado também equivale a uma conjunção e um pronome demonstrativo. Esta equivalência vai levar-nos a compreender melhor o próximo ponto, acerca de pronomes relativos no lugar de demonstrativos.

*...nostra sunt tropaea, nostra monumenta, nostri triumphii. QUAE QUORUM ingeniis efferuntur, ab iis populi Romani fama celebratur. (9, 21)*

(“... são nossos troféus, nossos monumentos, nossos triunfos. **E** a fama do povo romano é celebrada por aqueles por cujos talentos **estas** coisas são contadas.”)

c. A presença da conjunção condicional *si* implica uma escolha na tradução, com prejuízo da noção condicional, ou do vínculo estabelecido pelo pronome relativo. Em português, seremos obrigados a abandonar o *si* ou o pronome relativo; nunca os dois poderão coexistir numa mesma oração. Vejamos:

*Quaere argumenta, si QUAE potes... (5, 11)*

(“Busca argumentos, se podes encontrá-los...” ou “Busca os argumentos que podes encontrar...”)

*...ceteros pudeat, si QUI ita se litteris abdiderunt... (6, 12)*

(“... envergonhem-se os outros, se assim se afastaram das letras...” ou “...que assim se afastaram das letras...”)

### 3.1.1.3. Pronomes relativos no lugar de demonstrativos

O uso de pronomes relativos no lugar de demonstrativos torna-se mais comum a partir do período clássico. Tal ocorrência se dá com o objetivo de unir duas frases coordenadas. Assim, nelas permanece a força anafórica do relativo, mas perde-se a capacidade de conectar-se a um antecedente. Como o relativo de subordinação, admite a repetição do antecedente na oração.

*...proelium comittunt, quo proelio...<sup>20</sup>*

(travaram um combate, no qual...)

Essas orações são propriamente principais – o verbo passa pelas mesmas mudanças que passaria se estivesse numa oração principal. Pode também ser utilizado o subjuntivo, quando se quer enfatizar a conexão entre as orações.

#### 3.1.1.4. Concordância dos pronomes relativos

De maneira geral, o pronome relativo concorda com o seu chamado antecedente em gênero e em número, mas não necessariamente em caso<sup>21</sup>, já que a função sintática desempenhada pelo pronome na oração relativa não é necessariamente a mesma que seu antecedente desempenha na oração em que se encontra. Observemos:

*...immo uero iis tabulis professus, QUAE ...obtinent publicarum tabularum auctoritatem.* (4, 9)

(“... ao contrário, ele o foi declarado por estas tábuas, as quais possuem a autoridade própria das tábuas públicas.”)

*Ipsi illi philosophi etiam illis libellis, QUOS de contemnenda gloria scribunt, nomen suum inscribunt.* (11, 26)

(“Aqueles mesmos filósofos até naqueles livrinhos, que eles escrevem sobre a glória a ser desprezada, inscrevem seu próprio nome.”)

No primeiro exemplo, o chamado antecedente (*iis tabulis*) é agente da passiva, em ablativo, ao passo que o pronome relativo *quae* é sujeito da oração relativa (nominativo plural feminino). No segundo exemplo, o antecedente (*iis libellis*) é um adjunto adverbial, e *quos*, pronome relativo, é objeto direto do verbo *inscribunt* (acusativo plural masculino).

Há situações, porém, em que vemos o pronome relativo concordar com o seu antecedente também em caso, desempenhando a mesma função sintática ou não:

... *noster hic Magnus, QUI cum uirtute fortunam adaequauit, nonne Theophanem Mitylanaeum, scriptorem rerum suarum, in contione militum ciuitate donauit..?* (10, 24)

(“... este nosso Grande (Pompeu), o qual igualou a fortuna com a virtude, acaso não presenteou ele Teófanos Mitileneu, escritor de seus feitos, com a cidadania, numa assembléia de soldados...?” – mesma função sintática)

*Nam, ut primum ex pueris excessit Archias atque ab iis artibus, QUIBUS aetas puerilis ad humanitatem informari solet, se ad scribendi studium contulit...*

(“De fato, assim que Árquias deixou a infância e estas artes, através das quais a idade pueril costuma ser formada para a humanidade, entregou-se à atividade de escrever...” – funções sintáticas diferentes)

Às vezes o pronome relativo, quando sujeito de um verbo acompanhado de um atributo, pode tomar o gênero deste atributo em vez do gênero de seu antecedente – como, aliás, ocorre também com o pronome demonstrativo (geralmente o verbo da oração é o verbo *sum*).

...*Cn. Pompeium, quod imperii Romani decus fuit...* (Cícero, Phillipicae, 2, 54)

(Cneu Pompeu, que foi o decoro do Império Romano...)

Pode haver também a silepse, e a concordância se dá com um demonstrativo não expresso (embora sugerido por um adjetivo possessivo, um demonstrativo que acompanha o antecedente ou com outro nome tirado deste antecedente).

Ex.: *(Archias) est ex eo numero qui semper sancti sunt habiti...* (12, 31)

(Árquias é do número destes homens que sempre foram tidos como sagrados...)



### 3.2. Função das orações relativas no discurso

Ao analisarmos o *Pro Archia* tendo em vista as orações subordinadas relativas, o primeiro aspecto importante a ser ressaltado é o fato de que a hipotaxe (subordinação), superveniente à parataxe, por ser mais complexa, opõe-se a ela no que diz respeito ao seu uso: ou seja, enquanto a parataxe pertence principalmente ao âmbito da linguagem familiar e popular, dada a sua simplicidade e naturalidade, a hipotaxe se verifica na linguagem formal, culta, presente nas peças literárias como tratados filosóficos, obras didáticas, relatos históricos, entre outros, não excluindo, obviamente, os discursos jurídicos. Basta citarmos Cícero e César como modelos de latim clássico para termos em mente a formalidade no *De Bello Gallico* de César, no *De Amicitia*, *Cato Maior* ou nos vários discursos de Cícero, por exemplo, que diferem, no entanto, das cartas do próprio Cícero, escritas com estruturas sintáticas leves, nas quais a parataxe – típica da linguagem informal – está presente.

Em se tratando de um discurso jurídico, como o *Pro Archia*, é, assim, muito mais freqüente a hipotaxe que a parataxe. Enquanto a parataxe salienta o essencial, o significativo do enunciado, transmitindo uma visão mais concreta das coisas, a hipotaxe se presta à explicação e à demonstração das coisas, numa visão mais intelectual.

Ainda enfocando os discursos jurídicos, verificamos que neles o espaço dado às orações relativas é muito maior que o que vemos, por exemplo, na poesia. Por causa da métrica, desejando “menos palavras que significado”<sup>22</sup>, os poetas utilizam construções curtas, buscando dizer o máximo valendo-se do mínimo do gramatical. Tomemos uma frase qualquer:

...me autem quid pudeat, QUI tot annos ita uiuo...(6, 12)

(“... contudo, de que me envergonharia eu, que por tantos anos vivo assim...”)

Se este enunciado fosse encontrado numa poesia, seria algo parecido com:

*...me laborantem autem quid pudeat...*, ou

*...me patientem autem quid pudeat...*

Talvez seja mais fácil perceber este condensar numa frase como esta:

*Illi ipsi summi uiri, QUORUM uirtutes litteris proditae sunt, istane doctrina, QUAM tu effers laudibus...* (7, 15)

(“Aqueles mesmos homens ilustres, cujas virtudes foram divulgadas pelas letras, nessa doutrina, a qual tu elevas com louvores...”)

Simplificando-a ao máximo, teríamos:

*Summi uiri uirtutum proditarum litteris, doctrina elata laudibus...*

Baseados nisto, podemos dizer que as construções desenvolvidas em geral, incluindo as orações relativas, objeto do presente estudo, possuem uma grande vantagem: por serem mais claras e exatas, limitam as interpretações discrepantes, o que é bastante conveniente num discurso jurídico, como o *Pro Archia*, para conduzir o raciocínio e estruturar a argumentação. Entendido isto, fica fácil compreender por que tantas orações relativas num discurso considerado relativamente pequeno.

### 3.2.1. Orações relativas propriamente adjetivas

Tomemos como exemplos:

*...nos hunc uiuum, QUI et uoluntate et legibus noster est, repudiamus?* (9, 19)

(“... nós repudiamos este vivo, que é nosso pela vontade e pelas leis?”)

*...nos hunc nostrum uoluntate et legibus uiuum, repudiamus?*

Vemos que, apesar de não haver diferença de significado entre estas construções, a oração relativa desempenha um papel fundamental: ela ressalta o fato de que Licínio Árquias era romano pela vontade e pelas leis dos romanos, o que Cícero deseja provar em seu discurso. Se observarmos o mesmo enunciado sem a oração relativa, perceberemos que a ênfase maior recairá sobre o adjetivo *uiuum* – em vez de sobre *noster uoluntate et legibus* – observando o contexto em que esta oração se encontra no discurso, que é justamente o momento em que Cícero cita Homero, disputado por sete cidades, mesmo depois de morto.

Nas orações relativas de valor adjetivo, o verbo *esse*, quando presente, não costuma ser subentendido. O papel enfático que este tipo de oração desempenha justifica este fato.

Vejamos ainda outro exemplo:

...(Est ridiculum) *ea, QUAE deprauari nullo modo possunt, repudiare...* (4, 8)

(“... (É ridículo) repudiar estes fatos, que de modo nenhum podem ser distorcidos...”)

Se substituíssemos a oração relativa por um adjetivo, guardando o adjunto adverbial *nullo modo*, buscando manter ao máximo a idéia do período, teríamos o seguinte:

...(Est ridiculum) *nullo modo deprauanda repudiare...*

Embora a tradução se mantenha basicamente a mesma, ao substituir a oração por um gerundivo, que é um adjetivo verbal, perdemos um detalhe fundamental: o verbo *posse*, que forma uma locução verbal na oração relativa, desaparece com a substituição dela por um gerundivo. Como definir, então, se é uma questão de poder, querer ou dever distorcer os fatos? A oração relativa não deixa dúvidas para trás de si.

A oração relativa prima pela clareza também no exemplo que veremos a seguir:

*Ego uero omnia QUAE gerebam ...spargere me ac disseminare arbitrabar...*

(12, 30)

(“Eu, porém, imaginava espalhar e disseminar todas as coisas que eu fazia...”)

Poderíamos perfeitamente substituir a oração relativa por um particípio passado:

*Ego uero omnia gesta ...spargere me ac disseminare arbitrabar...*

(“Eu, porém, imaginava espalhar e disseminar todas as coisas realizadas...”)

Com o particípio passado não é evidente **quem** realizou todas as coisas de que se trata. O verbo conjugado na oração relativa, ao contrário, mostra, através de sua desinência, quem é o sujeito da oração.

Este impasse na oração que tem o particípio passado poderia ser resolvido com a inclusão de *a me*, agente da passiva. Com ele, estaria claro por quem aquelas coisas tinham sido realizadas. Contudo, já temos *ego* abrindo o período e *me* como sujeito da oração infinitiva que vem em seguida. Diante de tantos ajustes a serem feitos para que não seja prejudicada a mensagem a ser transmitida, vê-se por que a oração relativa atende melhor às necessidades num exemplo como este.

### 3.2.2. Orações relativas de valor adverbial

Se é verdade que os advérbios servem para qualificar um verbo em forma análoga a como os adjetivos qualificam os substantivos<sup>23</sup>, torna-se fácil compreender o papel das orações de valor adverbial. Elas traduzem, na verdade, idéias ou noções que um advérbio transmitiria, mas com a vantagem de serem mais claras, por serem mais detalhadas – fato que se verifica também nas orações relativas de valor adjetivo, mostradas anteriormente.

Ao passo que o advérbio ou a locução adverbial são limitados, a oração de valor adverbial desenvolve com muito mais propriedade a noção adverbial, seja ela de finalidade, de causa, de condição etc. Sua utilidade se percebe de maneira ainda mais nítida num texto como o discurso jurídico.

Muitos são os tipos de orações relativas de valor adverbial, porque muitos são os valores adverbiais que elas podem ter. Vejamo-los através de algumas orações apresentadas como exemplos em 3.1.1.3.:

#### A. Valor adverbial final

Veja-se o exemplo:

*...scribebat Aelius orationes QUAS alii dicerent.* (Cícero, Brutus, 56)

(“...Élio escrevia discursos que outros proferiam...” ou “...para que outros os proferissem.”)

Se tentarmos substituir a oração relativa por algo mais que possa traduzir a mesma idéia, eis uma sugestão:

*...scribebat Aelius orationes ad alios.*

(“...Élio escrevia discursos para outros.”)

Ao substituírmos a oração relativa por *ad alios*, não podemos determinar se Élio escrevia os discursos para que outros os proferissem ou para que outros os lessem e deles aprendessem, por exemplo – paira no ar a dúvida: estariam estes outros fazendo uso dos discursos de Élio lícita ou ilicitamente? Só o contexto poderia esclarecê-lo. Com a oração relativa, no entanto, não há dúvida quanto a isto.

Pode-se perceber também que o pronome relativo, neste tipo de oração, pode ser substituído por uma conjunção de valor final, como *ut*, por exemplo, o que demonstra sua equivalência a uma oração adverbial (propriamente dita) final:

*...scribebat Aelius orationes ut alii eas dicerent.*

(“...Élio escrevia discursos para que outros os proferissem.”)

Note-se nesta substituição, porém, que se faz necessário o acréscimo de um pronome anafórico que aponte para *orationes* (antecedente na oração relativa), para manter clara a idéia do texto.

#### B. Valor adverbial consecutivo

Sendo o advérbio um qualificador para o verbo, assim como o adjetivo o é para o substantivo, ambos – advérbio e adjetivo – podem ser considerados acessórios sintáticos, podendo ser excluídos sem prejuízo da sintaxe, embora com prejuízo do sentido. Por exemplo, dizer *legunt librum primum* não significa o mesmo que dizer *legunt librum*, mas, embora o significado não seja o mesmo, sintaticamente as orações estão coesas e coerentes (mesmo sem o adjetivo). Com um advérbio, temos outro exemplo: *non possunt libere loqui* é diferente de *non possum loqui* – pois, embora na primeira esteja claro que não se pode falar porque não há liberdade, na segunda há uma outra interpretação possível, a de não se poder falar por falta de capacidade, total ou momentânea. Da mesma forma, mesmo que haja conflito de significados, a presença ou a ausência do advérbio não prejudicam sintaticamente o enunciado.

Tomando exemplos de oração relativa de valor consecutivo, veremos que, sendo excluída, ela pode vir a fazer falta para a composição do significado, mas não para a estrutura sintática do período.

Vejamos:

... *ingenio autem tanto, quantum id conuenit existimari quod summorum hominum ingeniis expetitur esse uideatis, causa uero eiusmodi, QUAE beneficio legis... comprobetur.* (12, 31)

(“... e de tão grande talento, quanto convém ser julgado, o qual vedes ter sido buscado pelos talentos dos homens mais notáveis, mas de uma causa tal, que é aprovada pelo benefício da lei...”)

... *ingenio autem tanto, quantum id conuenit existimari QUOD summorum hominum ingeniis expetitur esse uideatis, causa uero eiusmodi.*

(“... e de tão grande talento, quanto convém ser julgado, o qual vedes ter sido buscado pelos talentos dos homens mais notáveis, mas de uma causa tal.” ou “...de uma causa desta espécie.”)

...*ut me... patiamini... paulo loqui liberius et in eius modi persona, QUAE ... in iudiciis periculisque tractata est...* (2, 3)

(“...para que suporteis que eu fale um pouco mais livremente e a respeito de uma tal pessoa que foi arrastada aos julgamentos e perigos...”)

...*ut me... patiamini... paulo loqui liberius et in eius modi persona.*

(“...para que suporteis que eu fale um pouco mais livremente e a respeito de uma tal pessoa.” ou “... de uma pessoa desta natureza.”)

*Neque enim quisquam est tam auersus a Musis QUI non mandari uersibus aeternum suorum laborum facile praeconium patiatur.* (9, 20)

(“Nem de fato há alguém tão avesso às Musas que não consinta facilmente que seja confiado aos versos o eterno elogio de seus trabalhos.”)

*Neque enim quisquam est tam auersus a Musis.*

(“Nem de fato há alguém tão avesso às Musas.”)

Enfim, assim como em *non possunt libere loqui* o advérbio *libere*, mesmo podendo ser excluído sem prejuízo para a sintaxe da oração, tem função importante na composição do significado dela, dizendo o modo como “eles não podem falar”, eliminando outra possibilidade de interpretação, também a oração relativa vem enriquecer o período e trazer-lhe maior clareza, tendo, no entanto, função acessória, como um adjunto adverbial ou adnominal, podendo ser descartada sem prejudicar a estrutura sintática da oração. Da mesma forma, a ausência da oração subordinada no último exemplo (9, 20) omitiria o papel encomiástico das letras, ressaltado ao longo do *Pro Archia*.

### C. Valor adverbial causal

A exemplo do que ocorre com as orações relativas de valor adverbial consecutivo, as de valor causal também podem ser excluídas sem afetar a estrutura sintática da oração, apesar de não comprometerem o sentido da frase.

Vejamos:

“*o fortunate, inquit, adulescens, QUI tuae uirtutis Homerum praeconem inueneris!*”  
(10, 24)

(“ ‘Ó bem-aventurado jovem’, diz ele, ‘que encontraste em Homero um arauto da tua virtude!’ ”)

“*o fortunate, inquit, adulescens!*”

(“ ‘Ó bem-aventurado jovem!’, diz ele.”)

Poder-se-ia dizer apenas “*o fortunate adulescens!*”, mas faltaria o motivo pelo qual o referido jovem é chamado de bem-aventurado. Num exemplo como este, o pronome relativo poderia ser substituído por uma conjunção como *quod*, *cum* ou *quoniam* (todas, aliás, formadas a partir de pronomes relativos), como acontece também com as orações relativas de valor adverbial final:



“*o fortunate, inquit, adulescens, QUI tuae uirtutis Homerum praeconem inueneris!*”

(“ ‘Ó bem-aventurado jovem’, diz ele, ‘que encontraste em Homero um arauto da tua virtude!’ ”)

“*o fortunate, inquit, adulescens, QUONIAM tuae uirtutis Homerum praeconem inueneris!*”

(“ ‘Ó bem-aventurado jovem’, diz ele, ‘pois que encontraste em Homero um arauto da tua virtude!’ ”)

“*o fortunate, inquit, adulescens, QUOD tuae uirtutis Homerum praeconem inueneris!*”

(“ ‘Ó bem-aventurado jovem’, diz ele, ‘porque encontraste em Homero um arauto da tua virtude!’ ”)

“*o fortunate, inquit, adulescens, CUM tuae uirtutis Homerum praeconem inueneris!*”

(“ ‘Ó bem-aventurado jovem’, diz ele, ‘já que encontraste em Homero um arauto da tua virtude!’ ”)

Uma observação deve ser feita neste momento: substituído o pronome pela conjunção, a oração deixaria de ser relativa de valor adverbial para ser uma oração adverbial propriamente dita. Desta forma, a ênfase não pousaria sobre o antecedente (*adulescens*), mas ressaltaria a causa (a circunstância em si) de ser ele considerado o que é – bem-aventurado. Percebemos que a opção do orador foi pôr em relevo *adulescens*, utilizando-se do valor adverbial da oração relativa, em vez de prezar exclusivamente o valor adverbial causal.

#### D. Valor adverbial concessivo/adversativo

Assim como nas orações relativas de valor adverbial causal o pronome relativo pode ser substituído por uma conjunção causal (transformando-a numa oração adverbial propriamente dita), nas orações relativas de valor adverbial concessivo/adversativo o

pronome relativo pode ser substituído por uma conjunção de mesmo valor, como *cum* ou *sed*. Esta semelhança, aliás, torna possível interpretar orações relativas de valor causal como de valor concessivo/adversativo, e vice-versa, como já dissemos em 3.1.1.3.:

*Sed, quoniam census non ius ciuitatis confirmat ac tantum modo indicat eum, QUI sit census, ita se iam tum gessisse pro ciue...* (5, 11)

(“Mas, como o recenseamento não confirma o direito de cidadania, e indica simplesmente que ele, que foi recenseado, já agia então tal como um cidadão...”)

*Sed, quoniam census non ius ciuitatis confirmat ac tantum modo indicat eum, CUM sit census, ita se iam tum gessisse pro ciue...* (5, 11)

(“Mas, como o recenseamento não confirma o direito de cidadania, e indica simplesmente que ele, embora tenha sido recenseado, já agia então tal como um cidadão...”)

Neste exemplo, já existe uma oração adversativa (*sed ita se iam tum gessisse pro ciue*); utilizar uma conjunção concessiva pode não ser a melhor escolha, já que tanto as orações adversativas quanto as orações concessivas essencialmente apresentam idéia oposta à introduzida anteriormente. Num texto como o discurso jurídico, dar tantas “voltas” com as idéias apresentadas pode confundir os leitores/ouvintes, comprometendo todo o trabalho de quem deseja explicar, provar, enfim, fundamentar sua tese, numa “ginástica mental” desnecessária.

Este não é, porém, o único motivo pelo qual Cícero preferiu, neste exemplo, a oração relativa de valor adverbial à oração adverbial propriamente dita: a oração relativa chama a atenção para o antecedente *eum*, pronome anafórico que remete ao poeta Licínio Árquias, sendo o teor desta oração relativa (*qui sit census*) o elemento fundamental na argumentação de Cícero.

Vejamos ainda:

*Ex hoc esse hunc numero, QUEM patres nostri uiderunt, diuinum hominem Africanum, ex hoc C. Laelium, L. Furium,... Catonem illum senem: QUI ... si nihil ... litteris adiuuarentur..., numquam se ad earum studium contulissent. (7, 16)*

(“Deste número creio que era este Africano, o qual nossos pais viram, homem divino, deste (número) são C. Lélío, L. Fúrio, Catão, aquele ancião: os quais, se em nada fossem ajudados pelas letras... nunca se teriam dedicado ao estudo delas.”)

*Ex hoc esse hunc numero, QUEM patres nostri uiderunt, diuinum hominem Africanum, ex hoc C. Laelium, L. Furium,... Catonem illum senem: SED ... si nihil ... litteris adiuuarentur..., numquam se ad earum studium contulissent.*

(“Deste número creio que era este Africano, o qual nossos pais viram, homem divino, deste (número) são C. Lélío, L. Fúrio, Catão, aquele ancião: mas, se em nada fossem ajudados pelas letras... nunca se teriam dedicado ao estudo delas.”)

Mais uma vez vemos o antecedente (no caso, os antecedentes) ocupando lugar de destaque. São os nomes de Lélío, Fúrio, de Catão – nomes dignos de muitíssimo respeito – que Cícero invoca como referência neste momento.

#### E. Valor adverbial condicional

Verifica-se também neste tipo de oração relativa de valor adverbial a possibilidade de substituir o pronome relativo por uma conjunção (neste caso, *si*):

*An domicilium Romae non habuit is, QUI tot annis ante ciuitatem datam sedem omnium rerum ac fortunarum suarum Romae collocauit? (4, 9)*

(“Por acaso ele, que, por tantos anos, antes de lhe ser concedido o direito de cidadania, colocou em Roma a sede de todos os seus afazeres e fortuna, não teria domicílio em Roma?”)

*An domicilium Romae non habuit is, SI tot annis ante ciuitatem datam sedem omnium rerum ac fortunarum suarum Romae collocauit?*

(“Por acaso ele não teria domicílio em Roma, se, por tantos anos, antes de lhe ser concedido o direito de cidadania, colocou em Roma a sede de todos os seus afazeres e fortuna?”)

Existe também a possibilidade de interpretar este valor adverbial como causal ou concessivo, além de condicional:

*An domicilium Romae non habuit is, CUM tot annis ante ciuitatem datam sedem omnium rerum ac fortunarum suarum Romae collocauit?*

(“Por acaso ele não teria domicílio em Roma, embora, por tantos anos, antes de lhe ser concedido o direito de cidadania, tenha colocado em Roma a sede de todos os seus afazeres e fortuna?”)

*An domicilium Romae non habuit is, QUOD tot annis ante ciuitatem datam sedem omnium rerum ac fortunarum suarum Romae collocauit?*

(“Como colocou em Roma a sede de todos os seus afazeres e fortuna, por tantos anos, antes de lhe ser concedido o direito de cidadania, por acaso não teria ele domicílio em Roma?”)

Como num dos exemplos anteriores, o antecedente *is*, salientado pela oração relativa, designa o poeta Licínio Árquias, e o argumento presente neste período é o fato de ter ele concentrado em Roma toda a sua fortuna e seu trabalho – na prova de seu domicílio romano. “Embora tenha colocado”, “se ele colocou” ou “como ele colocou”, não importa: o que realmente importa é que ele, Licínio Árquias, “colocou em Roma a sede de todos os seus afazeres e fortuna”.

#### F. Valor adverbial restritivo

A grande questão da análise das orações relativas de valor adverbial restritivo no latim é o fato de que as orações restritivas do português, juntamente com as explicativas,

são, na verdade, compreendidas como orações adjetivas. Sempre que traduzimos orações deste tipo, esbarramos na dúvida: serão orações de valor adjetivo ou de valor adverbial restritivo?

Dissemos anteriormente que as orações relativas de valor adjetivo podem ser substituídas por um adjetivo. As orações de valor adverbial restritivo também admitem esta possibilidade:

*Sed pleni omnes sunt libri, plenae sapientium uoces, plena exemplorum uetustas: QUAE iacerent in tenebris omnia...* (6, 14)

(“Mas todos os livros estão cheios, cheias as palavras dos sábios, cheia de exemplos a idade avançada: as quais jazeriam todas nas trevas...”)

*Sed pleni omnes sunt libri, plenae sapientium uoces, plena exemplorum uetustas: iacta in tenebris omnia...*

(“Mas todos os livros estão cheios, cheias as palavras dos sábios, cheia de exemplos a idade avançada: lançadas todas nas trevas...”)

*...dixisse ... “eius, a QUO sua uirtus optime praedicaretur”. (9, 20)*

(“... ele disse... ‘a voz daquele por quem a sua virtude fosse apregoada melhor’.”)

*...dixisse ... “eius, praedicaturi suam uirtutem optime. ”*

(“... ele disse... ‘a voz daquele que apregoaria melhor a sua virtude’.”)

*...quotiens ego hunc uidi,... magnum numerum optimorum uersuum de iis ipsis rebus, QUAE tum agerentur, dicere ex tempore! (8, 18)*

(“... quantas vezes eu o vi declamar de improviso grande número de versos excelentes a respeito daquelas mesmas coisas, que então se passavam!”)

*...quotiens ego hunc uidi,... magnum numerum optimorum uersuum de iis ipsis rebus actis, dicere ex tempore!*

(“... quantas vezes eu o vi declamar de improviso grande número de versos excelentes a respeito daquelas mesmas coisas realizadas!”)

*A Q. Metello Pio, familiarissimo suo, qui ciuitate multos donauit, neque per se neque per Lucullos impetrauisset? QUI praesertim ... de suis rebus scribi cuperet...* (10, 26)

(“Não o teria obtido por si nem pelos Luculos de Quinto Metelo Pio, seu amigo muito íntimo, que a muitos concedeu a cidadania? O qual desejava sobretudo que se escrevesse a respeito de seus feitos...”)

*A Q. Metello Pio, familiarissimo suo, qui ciuitate multos donauit, neque per se neque per Lucullos impetrauisset? Cupiens praesertim ... de suis rebus scribi...*

(“Não o teria obtido por si nem pelos Luculos de Quinto Metelo Pio, seu amigo muito íntimo, que a muitos concedeu a cidadania? Anelante sobretudo de que se escrevesse a respeito de seus feitos...”)

Qual seria, então, a diferença entre as orações de valor adjetivo e as de valor adverbial restritivo? Como o seu próprio nome diz, as últimas representam uma restrição em relação ao antecedente. Vejamos os mesmos exemplos:

*Sed pleni omnes sunt libri, plene sapientium uoces, plena exemplorum uetustas: QUAE iacerent in tenebris omnia...* (6, 14)

(“Mas todos os livros estão cheios, cheias as palavras dos sábios, cheia de exemplos a idade avançada: as quais jazeriam todas nas trevas...” = tais coisas que jazeriam nas trevas, e não outras.)

*...dixisse ... “eius, a QUO sua uirtus optime praedicaretur”.* (9, 20)

(“... ele disse... ‘a voz daquele por quem a sua virtude fosse apregoada melhor’. ” = a voz de uma pessoa por quem a sua virtude fosse melhor apregoada, não por quem ela fosse cantada de maneira medíocre!)

*...quotiens ego hunc uidi,... magnum numerum optimorum uersuum de iis ipsis rebus,  
QUAE tum agerentur, dicere ex tempore!* (8, 18)

(“... quantas vezes eu o vi declamar de improviso grande número de versos excelentes a respeito daquelas mesmas coisas, que então se passavam!” = as coisas que então se passavam, não outras além destas.)

No último exemplo, porém, encontramos um obstáculo. Segundo Bassols, as orações relativas com valor adjetivo ou substantivo têm o seu verbo no modo indicativo, e as orações relativas de valor adverbial, no modo subjuntivo na maioria das vezes – algumas, como as de valor final, sempre com subjuntivo; outras, como as de valor consecutivo ou concessivo, por exemplo, são vacilantes, podendo ter o seu verbo tanto no indicativo quanto no subjuntivo. A respeito das orações restritivas, contudo, Bassols não define a ocorrência deste ou daquele modo.

Ligando o modo subjuntivo às orações relativas de valor adverbial, imediatamente classificamos o exemplo abaixo como uma oração relativa de valor adverbial restritivo:

*A Q. Metello Pio, familiarissimo suo, qui ciuitate multos donauit, neque per se neque per Lucullos impetrauisset? QUI praesertim ... de suis rebus scribi cuperet...* (10, 26)

(“Não o teria obtido por si nem pelos Luculos de Quinto Metelo Pio, seu amigo muito íntimo, que a muitos concedeu a cidadania? O qual desejava sobretudo que se escrevesse a respeito de seus feitos...”)

Mas, onde estaria a restrição? Poderíamos dizer que este Quinto Metelo Pio – e não outro Quinto Metelo Pio – desejava acima de tudo que se escrevesse a seu respeito? Faria sentido? Haveria outros expoentes de nome “Quinto Metelo Pio” àquela época?

Apesar do verbo no subjuntivo (*cuperet*), questionamo-nos acerca do valor restritivo desta oração. Até porque há uma oração relativa de valor adjetivo (*qui ciuitate multos donauit*) para o mesmo antecedente, Quinto Metelo Pio, no período anterior. Na oração

relativa *qui praesertim de suis rebus scribi cuperet* temos o mesmo pronome relativo *qui*, o que comporia uma anáfora – já que o antecedente é o mesmo.

### 3.2.3. Orações relativas de valor substantivo

As orações relativas de valor substantivo ocorrem com menor frequência, se as compararmos ao número de orações relativas propriamente adjetivas (ou de valor adjetivo) e de orações relativas de valor adverbial. Mas a sua presença é tão relevante quanto a de outros tipos de oração relativa.

Vimos, no capítulo que trata dos modos na oração relativa, que a oração de valor substantivo desempenha, na verdade, uma determinada função sintática na oração principal, podendo ser ainda substituída por um substantivo ou por um pronome, ou um termo equivalente.

*QUI sedulitatem mali poetae duxerit aliquo tamen praemio dignam, huius ingenium et uirtutem in scribendo et copiam non expetisset?* (10, 25)

(“(Aquele) que, porém, julgou o empenho de um mau poeta digno de algum prêmio, não teria cobiçado o talento deste e a virtude e a abundância em escrever?”)

Já demonstramos que a oração *qui sedulitatem mali poetae duxerit aliquo tamen praemio dignam* pode ser simplesmente substituída por *Sulla*, a respeito de quem se fala neste trecho. No entanto, a oração relativa justifica a oração principal. Por que Cícero sugere que Sila teria cobiçado o talento de Árquias? Porque tinha premiado um mau poeta, simplesmente pelo seu esforço e aplicação. Se Sila demonstrava certa consideração pelos poetas, mesmo pelos que não têm talento, quanto mais haveria de demonstrar por Árquias – a ponto de invejá-lo, como o orador nos induz a pensar. A oração relativa desenha, na verdade, um contraste que não só embeleza o discurso, mas também opera como sustentação dos argumentos do orador.



Vejamos o próximo exemplo:

*An tu existimas aut suppetere nobis posse, QUOD cotidie dicamus in tanta uarietate rerum, nisi animos nostros doctrina excolamus...?* (6, 12)

(“Acaso tu julgas que o que dizemos todos os dias pode bastar-nos, em tal variedade de coisas, se não cultivarmos nossos espíritos com o estudo...?”)

Como no exemplo anterior, já demonstramos que a oração *quod cotidie dicamus* pode ser simplesmente substituída por um pronome, como *hoc*. Mas, para que este pronome demonstrativo possa ser utilizado sem prejuízo do sentido da frase, é preciso que a idéia a que ele remete seja compreensível a partir do contexto. Se não houver esta possibilidade, fica claro por que se prefere a oração relativa nesta situação.

#### 3.2.4. Anáforas

Quando há vários pronomes relativos repetidos (anáfora), eles têm o mesmo antecedente. Vejamos:

*... oratio et facultas, QUAE, QUANTACUMQUE est in me, numquam amicorum periculis defuit. QUAE si cui leuior uidetur...* (6, 13)

(“... o discurso e a habilidade oratória, a qual, tal como em mim há, nunca faltou nas dificuldades dos amigos. A qual, se parece menor a alguém...”)

*...ut eum, QUI uos, QUI uestros imperatores, QUI populi Romani res gestas semper ornauit, QUI etiam his recentibus nostris uestrisque domesticis periculis aeternum se testimonium laudis daturum esse profitetur isque est eo numero, QUI semper apud omnes sancti sunt habiti... in uestram accipiatis fidem.* (12, 31)

(“... que recebeis em vossa confiança aquele que a vós, que a vossos comandantes, que aos feitos do povo romano sempre exaltou; que também confessa que há de dar testemunho eterno de louvor nestes nossos e vossos recentes perigos da pátria, e ele é daquele número de homens que sempre entre todos são considerados sagrados...”)

Note-se que estas duas ocorrências no *Pro Archia* acontecem justamente em momentos de reforço de um argumento: o primeiro exemplo é referente à *oratio et facultas* de Cícero, que lhe rendem o favor dos juízes e dos ouvintes de maneira geral. O segundo, referente ao poeta Árcuias, declara, de maneira breve, direta e marcante – pois já é o final do discurso – tudo o que Árcuias é, o que ele fez e o que fará.

Vejamos ainda:

(*Illa*) *QUAE de causa ... dixi, iudices, ea confido probata esse omnibus; QUAE fere a mea iudicialique consuetudine et de hominis ingenio... locutus sum... a uobis spero esse in bonam partem accepta...* (12, 32)

(“(Aqueles coisas) que eu disse a respeito da causa, juízes, acredito terem sido provadas a todos; espero que as que eu falei um tanto a partir de mim e do costume judicial sobre o talento do homem... sejam aceitas por vós em boa parte...”)

Neste exemplo, temos a repetição do pronome relativo *quae*, referente a *illa* (“aquelas coisas”). Porém, deve-se prestar atenção ao fato de que o primeiro *quae* (*quae de causa*) refere-se às coisas ditas sobre a causa, ao passo que o segundo *quae* refere-se à opinião pessoal de Cícero a respeito do talento de Árcuias. Sendo assim, embora gramaticalmente eles tenham o mesmo antecedente, os pronomes relativos referem-se a idéias distintas.

O uso de anáforas visa principalmente à ênfase e serve de excelente ferramenta num discurso jurídico. Juntamente com a repetição dos pronomes relativos, em reforço às idéias que se deseja transmitir, podemos ver também o uso do pronome relativo tendo por antecedente pronomes anafóricos. Observamos este fato nos exemplos abaixo:

*(Illi ipsi philosophi) ...in eo ipso, in QUO praedicationem nobilitatemque despiciunt, praedicari de se ac nominari uolunt. (11, 26)*

“(Aqueles mesmos filósofos)... **naquele** (livro) **mesmo, no qual** desprezam o elogio e a celebridade, querem que se fale deles e que sejam mencionados.”)

*...non solum ipse, QUI laudatur, sed etiam populi Romani nomen ornatur. (9, 22)*

“(... não apenas **ele mesmo, que** é elogiado, mas também o nome do povo romano é honrado.”)

Percebemos o valor de reforço dos pronomes relativos neste tipo de frase quando os excluímos, pois não há prejuízo do sentido da frase com a sua exclusão:

*(Illi ipsi philosophi) ...in eo ipso praedicationem nobilitatemque despiciunt, praedicari de se ac nominari uolunt. (11, 26)*

“(Aqueles mesmos filósofos)... **naquele** (livro) **mesmo** desprezam o elogio e a celebridade, querem que se fale deles e que sejam mencionados.”)

*...non solum ipse laudatur, sed etiam populi Romani nomen ornatur. (9, 22)*

“(... não apenas **ele mesmo** é elogiado, mas também o nome do povo romano é honrado.”)

### 3.3. Advérbios e conjunções formados a partir de pronomes relativos

São vários os advérbios e conjunções formados a partir de pronomes relativos. Poderiam ser citados inúmeros deles. Contudo, limitando-nos àqueles que figuram no *Pro Archia*, selecionamos alguns.

a. *Quoad* (de *quo* + *ad* = “até onde”, “até que ponto”)

*Nam, QUOAD longissime potest mens mea respicere spatium praeteriti temporis et pueritiae memoriam recordari ultimam... (1,1)*

(“De fato, até onde minha mente pode, o mais longe possível, voltar-se para o espaço de tempo decorrido e recordar a lembrança mais distante de minha infância...”)

b. *Quemadmodum* (de *quem* + *ad* + *modum* = “de qual modo”, “do modo como”)

*...quaeso a uobis, ut in hac causa mihi detis hanc ueniam, accomodatam huic reo, uobis, QUEMADMODUM spero, non molestam... (2, 3)*

(“...peço-vos que nesta causa me deis esta concessão, apropriada a este réu, não incômoda a vós, do modo como espero...”)

c. *Quare* (de *qua* + *re* = “pela qual razão”)

*QUARE suo iure noster ille Ennius sanctos appellat poetas... (8, 18)*

(“Por esta razão (pela qual razão) com todo o seu direito o nosso famoso Ênio chama os poetas de sagrados...”)

*QUARE, ...cupere debemus, quo minus manuum nostrarum tela peruenerint, eandem gloriam famamque penetrare... (10, 23)*

(“Por este motivo (pelo qual motivo) devemos desejar, por menos que os dardos de nossas mãos atinjam seu alvo, que esta glória e fama penetrem...”)

*QUARE conseruate, iudices, hominem pudore eo...(12, 31)*

(“Por isto conservai, juízes, um homem com este caráter...”)

*QUARE ... in ea (urbe) non debent togati iudices a Musarum honore et a poetarum salute abhorrere. (11, 27)*

(“Por esta razão, nesta cidade os juízes togados não devem ser contrários à honra das Musas e ao bem-estar dos poetas.”)

d. *Quod* (oriundo do relativo neutro – “porque”, “como”, “e”, entre outros)

*... hic ... est scriptus, QUOD semper se Heracliensem esse uoluit ... (5,10)*

(“...este... está inscrito, pois sempre quis ser Heracleense...”)

*...QUOD cum ipsis populis ... haec ampla sunt, tum iis certe, qui de uita gloriae causa dimicant, hoc maximum et periculorum incitamentum est et laborum. (10, 23)*

(“... pois quando estas coisas são grandiosas para os mesmos povos, então este incentivo, tanto de perigos quanto de trabalhos, é certamente maior para aqueles que combatem pela vida por causa da glória.”)

*Atque hoc adeo mihi concedendum est magis, QUOD ex his studiis haec quoque crescit oratio et facultas... (6, 13)*

(“E tanto mais deve ser isto a mim concedido porque este discurso e esta habilidade também crescem a partir destes estudos...”)

*QUOD si ipsi haec nec attingere neque sensu nostro gustare possemus, tamen ea mirari deberemus, etiam cum in aliis uideremus. (8, 17)*

(“E se nós mesmos não pudéssemos compreender estas coisas, nem apreciá-las com nosso sentido, contudo deveríamos admirá-las mesmo quando as víssemos em outros.”)

*...noster ille Ennius sanctos appellat poetas, QUOD quasi deorum aliquo dono atque munere commendati nobis esse uideantur.*

(“...o nosso Ênio chama os poetas de sagrados, porque parecem ter sido a nós confiados como que através de alguma dádiva ou presente dos deuses.”)

e. *Cum* (oriundo de *quum*, acusativo masculino singular – “quando”; “como”, “porque”)

*Sed, ne cui uestrum mirum esse uideatur me in quaestione legitima et in iudicio publico, CUM res agatur apud praetorem populi Romani... hoc uti genere dicendi... (2, 3)*

(“Mas, para que não pareça ser estranho a algum de vós, numa questão legítima e em julgamento público, quando a ação acontece perante um pretor do povo Romano, que eu use este gênero de discurso...”)

*Hac tanta celebritate famae CUM esset iam absentibus notus, Romam uenit Mario consule et Catulo. (3, 5)*

(“Como fosse já conhecido dos ausentes com esta tão grande celebridade de fama, veio a Roma sendo cônsules Mário e Catulo.”)

*Interim satis longo interuallo, CUM esset cum Lucullo in Siciliam profectus et CUM ex ea prouincia cum eodem Lucullo decederet, uenit Heracleam. (4, 6)*

(“Todavia, depois de um longo intervalo, quando partira com M. Luculo para a Sicília, e quando retornou desta província com o mesmo Luculo, veio a Heracléia.”)

*CUM hic domicilium Romae multos iam annos haberet, professus est apud praetorem Q. Metellum, familiarissimum suum. (4, 7)*

(“Como ele tinha seu domicílio em Roma já havia muitos anos, fez sua declaração ao pretor Q. Metelo, seu amigo íntimo.”)

f. *Quoniam* (de *quom* + *iam* = “desde que”, “porque”)

*Sed, QUONIAM census non ius ciuitatis confirmat...* (5, 11)

(“Mas, porque o recenseamento não confirma o direito de cidadania...”)

g. *Quoque* (de *quo* + *que* = “e por isso”, “também”, “até”, “mesmo”)

*Atque hoc adeo mihi concedendum est magis, quod ex his studiis haec QUOQUE  
crescit oratio et facultas...* (6, 13)

(“E tanto mais deve ser isto a mim concedido que este discurso mesmo e esta habilidade crescem a partir destes estudos...”)

h. *Quominus* (de *quo* + *minus* = “que não”, “por menos que”)

*...si res eas... cupere debemus, QUO MINUS manuum nostrarum tela peruenerint...*

(10, 23)

(“...se devemos desejar estas coisas, por menos que os dardos de nossas mãos atinjam seu alvo...”)

#### 4. CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho, concluímos dizendo que no discurso *Pro Archia*, em que Cícero faz o elogio das letras, o uso das mesmas vem a coroar a obra. O modelo de prosa clássica ciceroniana permite-nos aproveitar muito do latim e de suas particularidades. Nesta dissertação, concernente à sintaxe das orações relativas, pudemos perceber quão diversificadas elas são e quais aspectos a tornam muito mais abrangentes que as orações adjetivas do português.

Isto se deve ao fato de que os valores substantivo, adjetivo e adverbial exercidos pela oração relativa lhe dão grande utilidade prática. Assumindo desta forma valor substantivo ou adverbial, além do valor adjetivo, podendo assim ser substituídas por um substantivo, adjetivo ou advérbio, o fato de estas orações ressaltarem o seu chamado “antecedente” – termo que vimos ser inadequadamente aplicado ao latim, já que nem sempre ele realmente antecede a oração relativa – torna-as instrumentos importantes no discurso.

Como a sintaxe latina é muito mais complexa que a sintaxe portuguesa, o que vemos bem ilustrado através das orações relativas, surgem algumas dificuldades na tradução. Em certas situações, o pronome relativo deverá ser traduzido como um pronome pessoal ou demonstrativo para que a frase seja inteligível. O princípio de manter-nos fiel, o máximo possível, ao autor do texto latino foi nosso objetivo, embora algumas vezes tivesse surgido a necessidade de empregar em português construções sintáticas diferentes das originais, para reproduzir fielmente o pensamento do autor.

Estudando a sintaxe latina, não podemos deixar à parte os modos verbais e seu uso. De maneira geral, apesar da constatação da ocorrência mais freqüente de determinado modo em orações relativas de determinado valor, devemos observar cada ocorrência como uma situação única, sabendo que sempre há exceções à regra, quanto ao emprego do Indicativo ou do Subjuntivo.



Observando os pronomes relativos, descobrimos que seu legado se estende à existência de várias conjunções e advérbios a que ele deu origem. Um exemplo bastante comum é o da conjunção *quod*, que pode, inclusive, em certos contextos, ser interpretada e traduzida tanto como conjunção quanto como pronome relativo. Ainda a respeito do mesmo *quod*, a sua extensão pode vir a alcançar as orações chamadas completivas, em construções do tipo *quid est quod* e afins.

Em suma, Cícero utiliza, com a maestria que lhe é característica, as orações relativas como poderosas armas no desenvolvimento da sua argumentação, tirando delas todo o proveito, presenteando-nos com uma bela oração que enaltece as letras – na qual ele mesmo se vê enaltecido, sem precisar que poeta algum cante os seus talentos.

## 5. BIBLIOGRAFIA

- BASSOLS DE CLIMENT, Mariano. Sintaxis latina. 4ª. reimpresion. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1973.
- BAYET, Jean. Littérature latine. 10. éd. rev. corr.. Paris, Armand Colin, 1962.
- BENNETT, Charles E.. Syntax of early Latin. vol. 1. Boston: Allyn and Bacon, 1910.
- BLATT, Franz. Précis de syntaxe latine. Lyon: IAC Édition, 1952.
- BIGNONE, Ettore. Historia de la literatura latina. Trad. Gregorio Halperín. Buenos Aires, Editorial Losada, 1952.
- BIZOS, Marcel. Syntaxe latine. Paris: Librairie Vuibert, 1997.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- CICÉRON. Discours. Catilinaires. Texte établi par Henri Bornecque et traduit par Edouard Bailly. Paris: Société d'Éditions Les Belles Lettres, 1950, v.10.
- \_\_\_\_\_. Discours. Pour le poète Archias. Texte établi et traduit par Félix Gaffiot. 5 tirage revu, augmenté et corrigé par Philippe Moreau. Paris: Société d'Éditions Les Belles Lettres, 1989, v.12.
- \_\_\_\_\_. Discours. Philippiques I à IV. Texte établi et traduit par André Boulanger et Pierre Wuilleumier. Paris: Société d'Éditions Les Belles Lettres, 1959, v.19.
- \_\_\_\_\_. Discours. Philippiques V à XIV. Texte établi et traduit par Pierre Wuilleumier. Paris: Société d'Éditions Les Belles Lettres, 1960, v.20.
- COLLART, Jean. Grammaire du latin. 2. éd. . Paris: PUF, 1969. [*Que sais-je?* 1.234]
- DUBOIS, Jean *et alii*. Dictionnaire de linguistique. Paris: Larousse, 1973.
- ERNOUT, A. Morphologie historique du latin. 3. ed. rev. corr.. Paris: Klincksieck, 1953.
- ERNOUT, A. & MEILLET, A.. Dictionnaire étymologique de la langue latine. Paris: Éditions Klincksieck, 1994.

- ERNOUT, Alfred & THOMAS, François. Syntaxe latine. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1953.
- EULENBERG, Herbert. Cicéron. Trad. Robert Bouvier. Paris: Payot, 1935.
- FARIA, Ernesto. Gramática da língua latina. 2. ed. rev. aum.. Brasília, FAE, 1995.
- GAFFIOT, Félix. Dictionnaire latin-français. Paris: Hachette, 1985.
- GLARE, P. G. W. (ed.). Oxford Latin dictionary. Oxford University Press, 1990.
- GRANDSAIGNES D'HAUTERIVE, R.. Dictionnaire des racines des langues européennes. Paris: Larousse, 1948.
- GRIMAL, Pierre. Cicéron. Paris: PUF, 1984. [*Que sais-je?* 2.199]
- \_\_\_\_\_. et alii. Gramática latina. Trad. e adap. de Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1986.
- \_\_\_\_\_. La civilización romana. Trad. F. de C. Serra Ràfols. Barcelona: Editorial Juventud, 1965.
- \_\_\_\_\_. La littérature latine. Paris: Fayard, 1994.
- JURET, A.C.. Système de la syntaxe latine. 2. éd. Paris: Société d'Édition Les Belles Lettres, 1933.
- HANDFORD, S.A.. The Latin subjunctive – its usage and development from Plautus to Tacitus. London: Methuen & Co. Ltd., 1947.
- MADVIG, Iohan Nicolai. Gramática latina. Trad. e red. a építome por Augusto Epifânio da Silva Dias. Lisboa: Livraria Avelar Machado, 1942.
- MAROUZEAU, J.. *La construction des subordinants*. In: Révue des études latines. 24e. année, tome XXIV. Paris: Société des Éditions Les Belles Lettres, 1947.
- \_\_\_\_\_. Traité de stylistique appliquée au latin. Paris: Société des Éditions Les Belles Lettres, 1935.
- MEILLET, A.. Linguistique historique et linguistique générale. Paris: Librairie Honoré Champion, 1965.

- MEILLET, A. & VENDRYES, J.. Traité de grammaire comparée des langues classiques. 4. éd.. Paris: Librairie Honoré Champion, 1968.
- MORIER, Henri. Dictionnaire de poétique et de rhétorique. 2. éd.. Paris: PUF, 1975.
- PARATORE, Ettore. História da literatura latina. Trad. Manuel Losa. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- QUICHERAT, L. & DAVELUY, A.. Dictionnaire latin-français. 52. éd. Paris: Librairie Hachette, 1923.
- ROLFE, John C.. Cicerón y su influencia. Trad. Francisco González Ríos. Buenos Aires: Editorial Nova, 1947.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. Novíssimo dicionário latino-português. 10. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993.
- THE OXFORD CLASSICAL DICTIONARY. Reprinted. Oxford: Clarendon Press, 1950.
- WOODCOCK, E.C.. A new Latin syntax. London: Methuen & Co. Ltd., 1959.

## NOTAS:

---

<sup>1</sup> CICÉRON (1989), p. 14

<sup>2</sup> *Ibidem*, p.18-22

<sup>3</sup> CÂMARA JR. (1992), p. 226; 86

<sup>4</sup> GRIMAL *et alii* (1986), p. 128;146.

<sup>5</sup> ERNOUT & THOMAS (1953), §§ 116, 119.

<sup>6</sup> *Apud* JURET (1933), p. 337.

<sup>7</sup> MAROUZEAU (1947), p. 247.

<sup>8</sup> BASSOLS (1973), p.32.

<sup>9</sup> *Apud* WOODCOCK (1959), p. 109.

<sup>10</sup> BASSOLS (1973), § 238.

<sup>11</sup> BASSOLS (1973), § 238, b.

<sup>12</sup> *Apud* BASSOLS (1973), §238, d.

<sup>13</sup> ERNOUT & THOMAS (1953), p. 296.

<sup>14</sup> HANDFORD (1947), § 178.

<sup>15</sup> HANDFORD aborda as orações com *qui* e *cum* de valor causal/adversativo no mesmo parágrafo, como sendo a mesma coisa.

<sup>16</sup> *Apud* BLATT (1952), § 337; ERNOUT & THOMAS (1953), § 423.

<sup>17</sup> ERNOUT & THOMAS (1953), § 423.

<sup>18</sup> BASSOLS (1973), §232.

<sup>19</sup> *Ibidem*, § 240.

<sup>20</sup> *Apud* BIZOS (1997), p. 32.

<sup>21</sup> ERNOUT & THOMAS (1953), § 160

<sup>22</sup> MAROUZEAU (1935), p. 199.

<sup>23</sup> BASSOLS (1973), § 160.

---

SÁ, Michele Eduarda Brasil de. As orações relativas no *Pro Archia* de Cícero. Rio de Janeiro, 2002. Faculdade de Letras/UFRJ. Dissertação de Mestrado.

### RESUMO

Esta dissertação estuda as orações relativas do latim, tomando como exemplo as encontradas no discurso *Pro Archia* de Cícero. Aspectos inerentes à sintaxe das orações relativas, tais como a posição da oração, a concordância do pronome relativo, os modos do verbo neste tipo de oração, entre outros, são examinados. Busca-se apresentar o papel importante que estas orações desempenham no discurso e como elas servem bem ao autor na clareza com que sua mensagem deve ser comunicada.

---

SÁ, Michele Eduarda Brasil de. As orações relativas no *Pro Archia* de Cícero. Rio de Janeiro, 2002. Faculdade de Letras/UFRJ. Dissertação de Mestrado.

### **ABSTRACT**

This dissertation studies the relative clauses of latin, taking as examples the ones found in Cicero's speech *Pro Archia*. Aspects inherent to relative clauses' syntax, just as the position of the clause, the concord of the relative pronoun, the moods of the verb in this kind of clause, and others, are examined. It seeks to present the important role that these clauses play in the speech and how they serve well to the author in the clearness with which his message must be communicated.